



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

STANISLEIA KAENNIA FERREIRA LINS

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO/A COORDENADOR/A PEDAGÓGICO/A:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

CAJAZEIRAS – PB

2019

STANISLLEYA KAENNIA FERREIRA LINS

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO/A COORDENADOR/A PEDAGÓGICO/A:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Pedagogia, da Unidade acadêmica de Educação, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande- campus de *Cajazeiras* - PB, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Campos

CAJAZEIRAS – PB

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-046
Cajazeiras - Paraíba

L759f Lins, Stanisleya Kaennia Ferreira.
Formação e atuação do/a coordenador/a pedagógico/a: desafios e possibilidades / Stanisleya Kaennia Ferreira Lins. - Cajazeiras, 2019.
70f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Campos.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2019.

1. Coordenador pedagógico - atuação. 2. Formação profissional - coordenador pedagógico. 3. Organização do trabalho pedagógico. 4. Políticas neoliberais. I. Campos, Maria de Lourdes. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 37.09

STANISLLEYA KAENNIA FERREIRA LINS

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: DESAFIOS
E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande- câmpus de Cajazeiras-PB, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 27 / 11 / 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Maria de Lourdes Campos

Prof. Dr.ª Maria de Lourdes Campos – UAE/CFP/UFPG

Orientadora

Aparecida Carneiro Pires

Prof. Dr.ª Aparecida Carneiro Pires - UAE/CFP/UFPG

Examinadora

Zildene Francisca Pereira

Prof. Dr.ª Zildene Francisca Pereira - UAE/CFP/UFPG

Examinadora

Rozilene Lopes de Sousa

Prof. Me. Rozilene Lopes de Sousa- UAE/CFP/UFPG

Suplente

Dedico, este Trabalho Monográfico, a Deus que nos criou que esteve cuidando de mim por toda essa caminhada e ao meu pai Edinaldo (*in memoriam*), professor-pedagogo e ser humano insubstituível, o qual foi e é fonte de inspiração para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, por ser fonte inspiradora de amor e sabedoria.

Agradeço aos meus pais, Edinaldo (*in memoriam*) e Rosa, pelo amor e dedicação incondicional, por terem me mostrado o caminho de uma educação valorosa a ser seguida. Ao meu irmão, Stanislley, pela amizade e experiências compartilhadas. As minhas tias, Risonelha e Clea, pelo apoio demonstrado, essencial para que chegasse até aqui. Amo vocês.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Campos, pelas contribuições e orientações e pelas palavras de força e encorajamento no decorrer da escrita. Palavras essas que sempre trouxeram reflexões acerca do quão importante é ser um profissional de Educação humanizado.

As professoras, Aparecida Carneiro Pires e Zildene Francisca Pereira pela disponibilidade de comporem a banca e pelas contribuições de valor inestimável. A professora, Rozilene Lopes de Sousa, pelo apoio demonstrado.

Aos colegas de turma que fizeram dessa caminhada um momento de muita aprendizagem. Em especial, as minhas amigas que a Pedagogia me presenteou, Alanna Gadelha Batista, Milena Cabral de Oliveira e Tatiane Braga de Sá, que fizeram da graduação um percurso enriquecedor repleto de experiências individuais e coletivas, com a responsabilidade que o curso exigiu, mas com a leveza de uma criança.

Agradeço a gestora, coordenadora pedagógica e a docente pela disponibilidade em participar da pesquisa e suas contribuições neste trabalho.

Agradeço a todos os educadores, que embora o cenário apresente inúmeras dificuldades, fazem de suas práticas educativas fontes de inspirações diárias atuando com ética e compromisso, meu muito obrigado!

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei.

(FREIRE, 2010)

RESUMO

Na atualidade, o estudo da temática formação e atuação do Coordenador/a Pedagógico/a: desafios e possibilidades, apresenta-se como uma questão que precisa ser amplamente discutida nos cursos de Licenciatura em Pedagogia. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Licenciatura em Pedagogia, foram definidas novas exigências no processo formação e ampliação dos espaços de atuação desse profissional. Este estudo monográfico objetivou refletir as funções e atribuições do Coordenador/a Pedagógico/a na organização do trabalho pedagógico na contemporaneidade, em parceria com os diversos segmentos educativos, visando assim, identificar os desafios vivenciados no contexto escolar. Esta pesquisa tem como aporte teórico os seguintes autores: Amaral; Campos e Silva (2017), Soares (2011), Teixeira (2011), Dabul (2011), Pimenta (1995); Freire (1996); Silva (2006) e Libâneo (2011). A metodologia utilizada insere-se na abordagem da pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada com três (03) sujeitos: uma (01) diretora, Licenciada em Pedagogia uma (01) Coordenadora Pedagógica- Licenciada em Pedagogia e uma (01) Docente- Licenciada em Letras, que atuam em uma escola pública, ensino fundamental, nos anos iniciais, na cidade de Sousa-PB. Na análise dos dados foi utilizada as técnicas de Análise de Conteúdo (AC). A pesquisa apontou que as mudanças ocorridas na educação, a partir das exigências impostas pelas políticas neoliberais, acarretaram uma sobrecarga de trabalho para estes profissionais, em decorrência das novas demandas e exigências atuais. Logo, o processo de formação e atuação desse profissional exige uma sólida formação teórica-prática, um trabalho pedagógico coletivo, participativo, democrático, além de uma política de formação inicial e contínua, pautada na pesquisa como princípio formativo.

Palavras-Chave: Formação. Atuação do Coordenador/a Pedagógico/a. Organização do Trabalho Pedagógico. Políticas neoliberais.

ABSTRACT

Nowadays the theme, Pedagogical Coordinator's Training and Performance: challenges and chances study, presents it as a matter of wide discussion necessity of the license in Pedagogy course. As from the Law of Directives and Bases of National Education and the National Curricular Guidelines of the License in Pedagogy course, new requirements were settled in training and enlargement of the professional performance process. This monographic study has aimed to reflect the functions and attribution of the Pedagogical Coordinator in the organization of contemporary pedagogical work, in partnership with several educational segments aiming to identify the challenges experienced in school context. This research has the following authors as theoretical contribution: Amaral; Campos e Silva (2017), Soares (2011), Teixeira (2011), Dabul (2011), Pimenta (1995); Freire (1996); Silva (2006) e Libâneo (2011). The methodology used fits into qualitative research category. The data was collected through semi structured interview conducted with three (3) subjects – a (1) principal, graduated in pedagogy; a (1) pedagogic coordinator, graduated in pedagogy and a (1) teacher graduated in Language Studies – that work in the early years of a public elementary school in Sousa, PB. Content Analysis (CA) method was used for analyzing data. The research indicated that the changes occurred in education starting from the demand imposed by liberal policies, resulted in work overload for these professionals, due to the new request and current demand. Therefore, the training and performance process of this professional requires a solid theoretical-practical, as well as a collective pedagogical, participative and democratic work, along with a policy of initial and continuous training, based in research as a formative principle.

Keywords: Training. Pedagogical Coordinator performance. Organization of pedagogical activities. Neoliberal policies.

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

CFE – Conselho Federal de Educação

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

CBE – Conferência Brasileira de Educação

ANDE – Associação Nacional de Educação

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade

ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

CONARFE – Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

CFP – Centro de Formação de Professores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO A PARTIR DOS ANOS 60 AOS DIAS ATUAIS.....	13
2.1	Formação do Pedagogo a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N° 4.024/61.....	13
2.2	Formação do Pedagogo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N° 5.692/71	15
2.3	Formação do Pedagogo a partir da Constituição Federal de 1988.....	18
2.4	Formação do Pedagogo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N° 9.394/96.....	23
2.5	Formação do Pedagogo a partir das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia - Resolução do CNE N° 1/2006.....	25
3	FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	30
3.1	A importância do pedagogo no processo educativo.....	31
3.2	Atuação do coordenador pedagógico frente a gestão democrática.....	35
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
4.1	Caracterização e Instrumento.....	41
4.2	Locus e sujeitos da pesquisa.....	43
5	RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS.....	45
5.1	Perfil dos entrevistados na pesquisa.....	45
5.2	O pedagogo e suas competências na atualidade.....	46
5.2.1	Relevância do Pedagogo na escola a partir dos teóricos e os sujeitos entrevistados.....	48
5.2.2	Competências necessárias ao pedagogo.....	49
5.3	Funções e atividades desenvolvidas pelo Coordenador Pedagógico.....	50
5.3.1	Concepções do gestor, coordenador pedagógico e professor sobre a atuação do coordenador pedagógico.....	50

5.3.2 Importância do coordenador pedagógico.....	52
5.3.3 Desafios enfrentados pela coordenação pedagógica durante o exercício de sua profissão.....	53
5.3.4 Existe aceitação e/ou resistência referente a aceitação do coordenador pedagógico na escola.....	55
5.3.5 Atividade que o coordenador exerce na escola.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.....	66
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista.....	68

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, muitas mudanças ocorreram no cenário político, econômico, social e educacional, e de maneira mais específica na educação, em decorrência da imposição de regras e lógica do sistema capitalista. Tais mudanças determinam uma nova forma de organização da sociedade e do trabalho.

Para atender tais demandas de mercado, houve necessidade de reestruturação educacional desde o nível básico até o nível superior de Ensino. Nesta perspectiva são impostas alteração na legislação, e criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Licenciatura em Pedagogia, as quais fortalecem o setor privado como campo de formação desses profissionais, o que reforça à lógica de investimento do estado mínimo, na educação pública.

A partir deste contexto, o estudo da temática formação e atuação do Coordenador/a Pedagógico/a: desafios e possibilidades, apresenta-se como uma questão relevante na academia, que precisa ser amplamente discutida nos cursos de Licenciatura em Pedagogia. Assim, faz-se necessário investigar: Qual a perspectiva de formação do pedagogo em diferentes décadas? Quais os espaços de atuação do pedagogo/a na contemporaneidade? Como se processa a atuação do Coordenador/a Pedagógico/a no cotidiano escolar? Quais os desafios são vivenciados pelo Coordenador/a Pedagógico/a na Organização do Trabalho Pedagógico na atualidade?

Como o intuito de compreendermos o processo de formação e atuação desse profissional, esta pesquisa visou os seguintes objetivos: Refletir as funções e atribuições do Coordenador/a Pedagógico/a na organização do trabalho pedagógico em parceria com os diversos segmentos educativos; revisitando o percurso histórico acerca da formação e atuação desse profissional a partir dos anos 60 até os dias atuais; Caracterizar os desafios vivenciados pelo coordenador pedagógico no contexto escolar; Identificar às concepções da gestora, coordenadora pedagógica e da docente, referente ao processo de organização do trabalho pedagógico.

O interesse pelo estudo surgiu a partir de inquietações vividas no processo de formação do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores- Câmpus de Cajazeiras-PB. Principalmente, ao cursar a disciplina Sociedade Contemporânea e Pedagogia, mediante leituras e discussões acerca

das novas possibilidades de atuação do pedagogo em diversos espaços. A partir dessa experiência enquanto discente houve o interesse para a realização da pesquisa.

A Resolução número 1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno, institui as Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Define o curso de Pedagogia como *locus* da formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e amplia a atuação do Pedagogo para diversos espaços: Escolares e não escolares. A partir deste cenário atual, constatamos que a identidade do Pedagogo enfrenta conflitos e indefinições.

Vale ressaltar a importância dos princípios norteadores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como elementos indispensáveis, no exercício profissional, atribuindo certa legitimidade no status do pedagogo no que diz respeito ao delineamento de sua identidade.

Esta pesquisa tem como aporte teórico os seguintes autores: Amaral; Campos e Silva (2017), Soares (2011), Teixeira (2011), Dabul (2011), Pimenta (1995); Freire (1996); Silva (2006) e Libâneo (2011). Brzezinski (2007), entre outros, além de dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Constituição Federal (1988) e o Projeto Político Pedagógico da Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande (2009), Câmpus de Cajazeiras - PB.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve resgate histórico sobre as questões referentes a formação a as atribuições do pedagogo diante das transformações que ocorreram no curso de Pedagogia, desde os anos de 1960 até os dias atuais.

No segundo capítulo abordamos as funções, atribuições e desafios vivenciados pelo coordenador/a pedagógico/a na organização do trabalho pedagógico no interior do ambiente escolar.

No terceiro capítulo descrevemos os procedimentos metodológicos, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, a partir de artigos científicos e livros como forma de se familiarizar com o tema em pesquisa. Em seguida foi realizada uma pesquisa de campo, com o objetivo de construir novos conhecimentos, a partir das informações coletadas junto a 1 diretora, a 1 coordenadora pedagógica e a 1 docente. A abordagem da pesquisa qualitativa por meio de uma entrevista semiestruturada, e análise de dados Técnica de Análise de Conteúdo.

No quarto capítulo, apresentamos o perfil dos sujeitos da pesquisa, realizada em uma escola de Ensino Fundamental, na cidade de Sousa-PB, discutindo os dados a partir

das falas do diretor, coordenador pedagógico e do professor participantes da pesquisa de campo, analisando às concepções a acerca da importância do pedagogo no ambiente escolar, bem como os entraves enfrentados por esse profissional frente a coordenação pedagógica.

Por fim, seguem as conclusões do estudo, diante das diversas mudanças ocorridas no cenário educacional, a partir das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, o pedagogo tem adquirido novos contornos que delineiam sua identidade profissional, repensando assim, novos paradigmas, em que os profissionais da educação são voltados apenas para funções escolares, e reconhecendo que qualquer espaço onde existem práticas educativas, está diretamente ligado a conhecimentos e ações de cunho pedagógico.

Logo, o processo de formação do pedagogo, deve ser pensado numa formação teórico-prática sólida, trabalho coletivo e interdisciplinar, gestão democrática e a pesquisa como princípio formativo. Como possibilidade de ser reconhecido como um profissional qualificado para atuar em várias instâncias e modalidades da educação, e ser capaz de transformar a sociedade.

2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO A PARTIR DOS ANOS 60 AOS DIAS ATUAIS

Neste capítulo apresentamos uma retrospectiva histórica sobre o processo de formação, construção da identidade e a atuação do pedagogo, ao longo das mudanças no cenário brasileiro, desde a formação geral a específica. Os estudos a seguir registram historicamente mudanças e redefinição constantes no processo de formação e perfil do pedagogo.

No decorrer dessas reflexões discutimos sobre questões relativas a formação do pedagogo em diferentes contextos, as competências necessárias a esse profissional, e os desafios encontrados durante o exercício da profissão.

2.1 Formação do Pedagogo a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 4.024/61

A formação do pedagogo determinada pela Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 da LDB, como Orientador Educacional, é estabelecida normas a essa função em que a formação voltada para o ensino médio diferencia-se do ensino primário. Esse aspecto pode ser visto claramente no artigo 38, quando é definido o modelo de organização do Ensino Médio, a qual apresenta como norma no título V a “instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família (LDB n.º 4.024/61).

O decreto em lei estabelece que:

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam as condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério (BRASIL, LDB n.º 4.024/61).

Podemos perceber que com o ofício de Orientação Educacional incluída nesse cenário e tendo a garantia assegurada por lei, o pedagogo pleiteia a vaga concomitantemente a outros profissionais que possuem cursos, os quais são exigidos pelo cargo.

O curso passou a formar bacharéis e licenciados, determinado pelo Conselho Nacional de Educação através dos pareceres CFE 251/62, que mantêm o bacharelado na formação do pedagogo e CFE 292/ 62 e regulariza todas as outras licenciaturas, atendendo a Lei nº 4.024/61 da Lei de Diretrizes e Bases. O profissional Pedagogo passa a atuar com várias disciplinas dos, até então, cursos ginásio e normal.

No currículo de Pedagogia, o qual era composto de disciplinas denominadas ciências da educação, como didática e administração escolar foram retiradas, havendo a distinção entre bacharelado e licenciaturas e a Pedagogia passa a considerar a ideia para a formação de especialistas em administração escolar, orientação educacional e supervisão pedagógica. No caso da orientação educacional foi agregado a dimensão pedagógica no âmbito escolar, pois durante o curso tinha forte influência da Psicologia, confundindo-se hoje com o que chamamos a especialidade de Psicopedagogia.

Sobre essa perspectiva, não havia estudos que comprovassem as demandas sociais que a institucionalização do curso de Pedagogia e o profissional pedagogo passariam a atender. Entretanto, é válido ressaltar que a vagarosidade e a continuidade da ampliação do sistema de ensino no nível básico tornaram-se uma dessas necessidades. Esse aspecto veio a suscitar questões relacionadas à organização e funcionamento do ensino, tanto dos cursos de Pedagogia quanto das demais licenciaturas.

Com o golpe de 1964, houveram muitas mudanças ocorridas no país, inclusive, as questões referentes ao âmbito educacional, entre elas: as leis que regiam o ensino. Essas leis possuíam uma relação com a eficiência na produção do trabalho e a modernização do sistema de produção capitalista que estava sendo implantado no cenário brasileiro.

No ano de 1968, com Reforma Universitária, a Lei n. ° 5.540 preconiza, no artigo 30, “o preparo de especialistas destinadas ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior”. A lei estabelece que os especialistas terão que possuir formação nível superior para atuar de maneira adequada nas áreas de planejamento, administrativa, supervisão etc.

O orientador educacional ganha destaque através da homologação da Lei n.º 5.564/68, que estabelece o exercício da profissão. Em seu Artigo 1, o decreto define, que a orientação educacional seja realizada de maneira que articule os elementos que influenciam na formação do indivíduo, preparando-o para o exercício das questões essenciais do ser humano.

Em 1969, com a reforma do ensino superior, como marco legal, foi aprovado o parecer CFE 252/69, que veio associado a resolução CFE nº. 2/1969, novamente instituindo um currículo mínimo e outra duração para o curso. Assim sendo, o curso de pedagogia tornou-se fragmentado em diversas habilitações de cunho técnico, que formava profissionais especialistas em desenvolver atividades de planejamento, supervisão, administração e orientação educacional. Habilitações, as quais definem o perfil do pedagogo. A Didática, que antes era um curso realizado à parte para aquisição da licença do magistério, tornou-se disciplina obrigatória na grade curricular do curso.

No ano seguinte, a marca da Reforma Universitária fez-se sentir no curso de pedagogia através do parecer CFE n. 252/69. Já no enunciado de seu título, esse parecer não deixa dúvida quanto ao profissional, ou melhor, aos profissionais a que se refere ao ser apresentado como o instrumento legal que fixa os mínimos de currículo e duração para o curso de graduação em pedagogia, visando à formação de professores para o ensino normal e de especialista para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares (SILVA, 2006, p. 25).

Com a Reforma Universitária, observaram-se mudanças no curso de Pedagogia, que antes faziam parte da Faculdade de Filosofia e passou a integrar a Faculdade de Educação, conforme foi estabelecido pela reforma. A Lei n 252/69 institui a duração mínima do curso com as reformas da grade curricular, que enfatiza a formação para a docência no ensino regular, tal como a formação adequada de profissionais capacitados a atuarem na área de administração, planejamento, orientação nos ambientes escolares ou em diversas instâncias educacionais.

2.2 Formação do pedagogo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 5.692/71

Na década de 1970, começaram a ser realizadas pesquisas em educação sobre forte influência dos cursos de pós-graduação. Neste mesmo momento aconteceram as

Conferências Brasileiras de Educação (CBE), juntamente com a Associação Nacional de Educação (ANDE) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), incentivadas pela constituição da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) o que provocou uma ampla produção e propagação das pesquisas realizadas na área educacional.

Esse novo cenário, promoveu certa consolidação das atividades de pesquisa voltadas ao âmbito educacional no Brasil. Diante do desenvolvimento do capitalismo no país, a escola e os sistemas de ensino se tornaram objetos de investigação, o que faz com que a pesquisa se torne um fenômeno social. Sob o enfoque, tanto teórico quanto prático, configura-se metodologias que apreendem e analisam criticamente os fenômenos educativos.

Estará também caracterizando o movimento dos educadores/cientistas da educação na reconfiguração da democracia política e social do país, a qual foi suprimida por mais de vinte anos após o golpe militar de 1964.

Sobre esse aspecto

[...] a defesa dos intelectuais orgânicos da ditadura militar sobre o papel dos tecnocratas no âmbito do Estado brasileiro estava diretamente relacionada à supressão das liberdades democráticas e à célere modernização das relações capitalistas de produção, isto é, sem democracia era impossível criticar, fiscalizar e controlar as decisões econômicas e sociais adotadas pelos tecnocratas, em relação às políticas implementadas pelos governos que se sucederam entre 1964 e 1985. [...] (FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p. 342)

Assim, torna-se visível a imposição de práticas fiscalizadoras, impostas pela ditadura militar, quando suprimiu os direitos de liberdade política e social, oprimindo qualquer ato de oposição e o Estado passa a ser regido com características empresariais que primavam por uma política de eficiência com base no aperfeiçoamento de métodos e procedimentos.

O regime militar primou pela inserção de um governo técnico como forma de garantir o poder centralizado e sobressair o interesse econômico sobre os aspectos sociais e políticos.

Portanto, para a alta tecnocracia brasileira da ditadura militar, a tarefa que estava posta era a criação dos fundamentos de um sistema

nacional de ensino, com base nos aparelhos estatais, que desse curso ao estabelecimento da organicidade entre educação e o aumento produtivo da economia nacional. Era necessário apetrechar o Estado nacional da capacidade de planejar a educação de acordo com os interesses socioeconômicos do mercado capitalista. Para tanto, impunha-se a universalização da escola primária e média e, particularmente, a ênfase na questão curricular referente ao ensino de matemática e ciências naturais. Quanto ao ensino superior, previa-se a ampliação das vagas no âmbito dos cursos de graduação voltados para as profissões tecnológicas. Além disso, privilegia-se a estruturação dos programas de pós-graduação com a dupla função de produzir conhecimentos exigidos pela demanda do crescimento acelerado da produção econômica e, ao mesmo tempo, de formar novos quadros capacitados para a geração de ciência e tecnologia. (FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p. 345)

Foi com base nesse modelo econômico adotado no Brasil, durante a ditadura militar, que as reformas educacionais foram formuladas, a partir das inovações tecnológicas e científicas e que exigiram o novo modelo de produção, em outros termos, a educação servia aos interesses da lógica do ‘capital humano’ para aumentar o desenvolvimento econômico durante o período ditatorial.

Nesse contexto, o ensino era centrado no professor e, conseqüentemente, no conteúdo por ele ministrado, o aluno era passivo, visto como receptor de informações descoladas da realidade. O conhecimento era memorizado e o método utilizado era autocrático, verbalista e de cunho intelectual. (ANAYA, 2011, p. 51)

O ideal tecnicista na corrente pedagógica tradicional de ensino tem como foco principal o professor, que é o detentor do conhecimento e passa os conteúdos aos alunos por meio de métodos que utilizem o autoritarismo, a memorização e linguagem rebuscada que não considera o contexto em que o aluno está inserido.

Em 1971, Lei Nº 5.692/71, da LDB passa a denominar primeiro grau e segundo grau para o ensino primário e médio, respectivamente. Com isso, o curso normal se torna uma Habilitação Profissional para o Magistério voltada para o segundo grau e o Estado vigente se encarregaria da profissionalização do ensino em nível médio.

Nessa perspectiva,

[...] Com a promulgação da Lei 5.692/71, e implementação de forma universal e compulsória da profissionalização no 2º grau, as Escolas Normais e os Institutos de Educação perderam sua especificidade, sendo transformados em escolas de 2º grau com habilitação em

magistério, contribuindo para aumentar a precariedade da formação profissional. (AMARAL, CAMPOS E SILVA, 2017, p.25)

Embora essas iniciativas para a formação do profissional docente tenham sido impulsionadas pelo nível federal de ensino, foram seguidas nas redes estaduais com cursos de formação continuada e aperfeiçoamento docente e com leis que visavam reparar as arestas existentes no cotidiano escolar.

No fim da década de 1970, percebe-se mudanças no que diz respeito a redefinição do curso de Pedagogia, conduzindo a questões sobre a identidade do curso e do profissional pedagogo. Defendendo a participação dos profissionais da educação nas tomadas de decisões voltadas ao campo educacional, o que contrapôs a concepção oficial do tecnicismo na educação, que vinha se intensificando durante os anos.

Difundem-se expressões como planejamento instrucional, modelos de ensino, estratégias de ensino-aprendizagem. Acentua-se a ideia do gerenciamento dos sistemas escolares e escolas, com tentativas de dar um cunho empresarial à administração escolar e à sala de aula para atender exigências de racionalidade científica e técnica da escola. (LIBÂNEO, 2011, p.133)

O modelo de racionalidade científica acarreta prejuízos na formação do pedagogo e do trabalho pedagógico. Anaya (2011) contrapõe-se a este modelo técnico, “os objetivos do ensino devem ser claramente definidos e são geralmente expressos em termos de comportamento esperado dos alunos”. A metodologia utilizada pelo método tradicional de ensino estabelece objetivos baseados na capacidade do professor em planejar etapas, auxiliar e direcionar os alunos no conteúdo a ser aprendido e avaliar o desempenho dos estudantes de forma pontual e limitada.

2.3 Formação do Pedagogo a partir da Constituição Federal de 1988

No início da década de 1980, por influência de pesquisas, encontros e movimentos que foram firmando-se e denominado de Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) foram discutidas questões sobre a formação do educador. Algumas Faculdades suspenderam as habilitações e centraram em um currículo voltado para a formação de séries iniciais do nível fundamental e do magistério, por entenderem que estariam trazendo para o âmbito escolar aspectos do modelo de administração capitalista, tais como, a divisão do trabalho e o controle, o que

acarretava no desmembramento da prática pedagógica. Tal modelo surgiu a partir da Revolução Industrial e da globalização e foi implícito ideologicamente na Reforma Universitária da década de 60.

Na medida em que ocorriam um movimento de democratização na área educacional, evidenciaram o modo de olhar e pensar a escola e o trabalho pedagógico, a partir das relações estabelecidas entre educação e sociedade, tendo em vista que a forma escola se organiza e os objetivos de educação está interligada a forma organizacional de uma sociedade.

Em 1984, as questões e discussões travadas acerca da formação do educador, pelo Comitê Nacional, a Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARFE), e, posteriormente e até os dias atuais, a ANFOPE tem papel essencial, tendo em vista que redirecionava a formação desse profissional contrária ao prisma tecnicista da ideia oficial.

A partir disso, instaurou-se um movimento de reformulação dos cursos de Pedagogia, juntamente com a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Esta, obteve o apoio do Conselho Federal de Educação (CFE), que passou a aceitar propostas alternativas as já apresentadas, que defendem políticas de formação e valorização profissional da educação que assegurem o reconhecimento do magistério, seu profissionalismo e profissionalização. Com isso, as novas habilitações, voltadas essencialmente para a docência, foram sendo incluídas pelas instituições de ensino, ao Curso de Pedagogia.

Nos anos 80, em relação ao aspecto formativo, os educadores e cientistas da área trouxeram o enfoque as concepções acerca da formação do educador, evidenciando o caráter sócio histórico dessa formação, a relevância desse profissional de uma maneira mais abrangente, que tenham domínio e compreendam todas as características, as agruras que cada momento histórico sustém, e que traz à realidade a necessidade de utilizar a consciência de forma crítica para que seja um instrumento capaz de interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade.

De acordo com Freire (1996, p.76-77):

[...]. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu

sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar.[...] Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela.[...]

No âmbito escolar, o processo de democratização em seu interior transforma as relações de poder que são estabelecidas e destaca a importância de construir coletivamente o processo educativo, trazendo um conceito de educação e formação sob uma perspectiva emancipadora entre os profissionais que facilita as diferenças marcadas entre professores e especialistas, pedagogia e licenciaturas, especialistas e generalistas.

Parte importante a ser ressaltado é que a partir das modificações ocorridas no modo de construir a escola e o fazer pedagógico, concomitantemente, surgiu a concepção do profissional, que atua tanto em docência quanto na construção do trabalho pedagógico, ser constituído de particularidades e especificidades.

A partir disso, os educadores vêm construindo uma concepção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como um instrumento de luta e resistência contra a deterioração da profissão, e que atualmente, evidencia a necessidade de garantir a igualdade de condições de formação contrapondo-se à concepção de igualdade de oportunidades advinda da nova concepção de equidade enfatizadas no mundo contemporâneo e nas políticas públicas atuais.

Os princípios desse movimento de forma geral trazem aos educadores o entendimento sobre a importância de vincular a organização escolar à formação do educador, uma vez que interliga as questões do social e aos movimentos dos trabalhadores que tem como ponto essencial a construção de uma sociedade justa, igualitária e com princípios democráticos.

Conforme ressalta Freire (1996, p. 19-20), em termos de globalização:

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer? Ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século”, expressam bem o fatalismo dessa ideologia e uma indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar ao educando a esta realidade que não pode ser mudada.

A luta pela formação do educador é reconhecida como parte da crise educacional brasileira de uma problemática que percorre caminhos mais amplos, expressos através das condições econômicas, políticas e sociais de uma sociedade marcada pelas relações vindas do sistema capitalista de produção e, portanto, demasiadamente desigual, de natureza excludente e injusta, que coloca a maioria da população em uma condição de desemprego, exploração e miséria.

Outra questão presente nesses debates é a luta pela democratização da sociedade, a necessidade de ser implementada nas escolas a gestão democrática, esta que se constrói com a participação de todos que fazem parte do processo educativo nas tomadas de decisões, tais como: família, escola, comunidade etc; a educação em todos os níveis e a autonomia universitária, visto que descentraliza o poder de decisão na área educacional, tanto interno, quanto externo, autonomia esta, que não significa o descumprimento na responsabilidade do Estado para com as instituições de ensino público do país, como temos visto atualmente em referência a progressiva retirada de recursos públicos e, conseqüentemente, a manutenção e o desenvolvimento das mesmas. Segundo Soares (2011, p.67):

As medidas adotadas em nome da descentralização e da autonomia da educação pública não foram muito além da transferência, para as unidades escolares, de tarefas e responsabilidades que antes atuavam nas mãos dos órgãos centrais e regionais de ensino. As medidas implementadas se traduziram, por um lado, em maior flexibilização para que as unidades escolares definissem a melhor forma de utilizar os recursos destinados à escola e, por outro lado, em um acúmulo de funções do diretor da parte burocrática que o desvia, e muito, do atendimento das questões pedagógicas da escola, que é sua função principal.

Contra-pondo-se a essa forma de pensar e encaminhar as ações da escola, coloca-se a possibilidade da gestão democrática – com certeza pautada em princípios opostos aos do neoliberalismo, ou seja, comprometida com os interesses da maioria da população, com a transformação, e não com a manutenção das relações sociais desiguais, injustas e excludentes postas atualmente.

A partir desse cenário as discussões sobre as reformulações curriculares, particularmente no âmbito da formação de professores de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, no interior dos cursos de pedagogia, cresceram e prosperaram com base nas concepções mais progressistas e avançadas.

Observa-se que a educação brasileira sofreu várias modificações, o que não aconteceu rapidamente, pelo contrário, foi um processo moroso ocorrido entre as

constituições que nortearam o âmbito educacional no Brasil até a chegada da Constituição Federal (CF) vigente de 1988, que foi assegurado aos cidadãos a educação como um direito social. Segundo Carneiro (2013, p. 26),

[...] Nela a educação ganhou lugar de altíssima relevância. O país inteiro despertou para essa causa comum. As emendas populares calçaram a ideia da educação como direito de todos (direito social) e, portanto, deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade.

Com a Constituição de 88, todas as instituições de nível superior com as especificidades do curso de Pedagogia estabelecidas no parecer CFE 252/69, foram reformuladas para retomar a formação do profissional pedagogo reconsiderando as habilitações.

As questões que envolvem o percurso da Pedagogia como ciência, evidenciam discussões atuais a respeito da prática pedagógica a qual pensa o processo de construção do conhecimento considerando as diferentes situações que envolvem o contexto, os sujeitos e suas múltiplas dimensões.

A educação escolar – o modo mais sistemático em nossa sociedade – apresenta-se como objeto de investigação para as Ciências do Homem. Assim a Antropologia, a História, a Sociologia procuram investigar as relações sociais que são tecidas no processo de escolarização e por ele. Como um cristal, a educação escolar reflete luzes das diversas ciências que procuram apreendê-la. Cada uma das ciências procura encontrar na escolarização das características que lhe são relevantes. Quando estas investigações permitem a exposição do movimento mesmo do fazer escolar, alcança-se o desenho da tecitura da escolaridade, até onde isso é possível, em cada ciência sua historicidade. (MAZZOTTI, 1992, apud PIMENTA, 2011, p. 16)

Na acepção de Libâneo (1994, p. 16) a “ Pedagogia é a ciência que investiga a teoria e a prática da educação nos seus vínculos com a prática social global. Faz-se necessário ressaltar que há diferenciações entre as práticas educacionais, descrito acima, com relação as práticas educativas, a qual é estabelecida entres os agentes que conduzem os objetivos, os meios e a instrução, dispondo de múltiplas modalidades e em várias instancias onde há a presença da intencionalidade, são autênticos pedagogos.

A análise do desenvolvimento histórico da Pedagogia permite identificar desde Comênio, Rousseau, Herbart, Dewey, os elementos constitutivos da relação pedagógica: o aluno, os conteúdos, os métodos, a sociedade, articulados pela ação do educador. Ainda que as práticas educativas hoje se encontrem bastante ampliadas, não se reduzindo ao ensino, continua pertinente reconhecer nesses elementos constitutivos do pedagógico o núcleo de referência dos conhecimentos científicos, filosóficos e técnicos-profissionais que compreendem a competência profissional do pedagogo. (LIBÂNEO, 2011, p.143)

A discussão sobre o campo de atuação do pedagogo tem aumentado devido a necessidade de corresponder a prática educativa presente em toda a sociedade e das mais variadas formas, pois entende-se que o processo educativo se faz além do educador no âmbito escolar.

Os novos desafios colocados acerca da formação em nível superior dos professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental rendem debates até os dias atuais, sobre todas as definições legais no sentido de desfigurar o curso de pedagogia como um curso de formação de professores profissionais da educação.

2.4 Formação do Pedagogo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 determinou mudanças nos cursos de formação de Pedagogia. Na Lei em vigência são contempladas as habilitações dos especialistas, quanto a formação:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos;

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Logo, é essencial que na formação do pedagogo esse profissional tenha uma base sólida para que atinja os objetivos na educação do aluno definidos a partir do planejamento considerando as especificidades e necessidades de cada discente tanto em espaços formais, quanto não-formais. Para isso, a LDB 9.394/96 determina que o profissional faça curso superior com licenciatura plena para atuar na educação básica, sendo essa formação mínima para o exercício docente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. A LDB suscita a importância da formação para os docentes do país, e, reconhece também ser essencial a formação continuada para que o professor seja capaz de suprir as novas demandas que surgem no cotidiano da sala de aula brasileira.

Vale ressaltar que para que ocorra uma formação que capacite esses profissionais é de suma importância considerar os tópicos discutidos por associações dos professores, tendo em vista que são esses que estão em contato direto com as dificuldades que o âmbito escolar enfrenta cotidianamente. Por exemplo, a importância da formação obrigatória para o docente que atua na Educação básica; obrigatoriedade na formação em Pedagogia para atuar em funções na administração, no planejamento, na supervisão e na orientação educacional de forma adequada; a formação com pós-graduação para profissionais atuarem em Instituições de Ensino Superior; destaque para o aperfeiçoamento continuado desse profissional, o qual apresenta que o profissional deve ter como base a experiência docente para que seja capaz de exercer quaisquer funções e instâncias do magistério; progressão funcional etc.

A LDB define como regra a formação em licenciatura dos professores em nível superior. No Brasil, os Cursos de licenciatura que proporcionam formação pedagógica têm duração, em média, de quatro anos. No entanto, a lei admite que profissionais que não são habilitados em nível superior, e que possuem somente o já extinto curso

pedagógico possa exercer provisoriamente na Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Lei não especifica claramente a orientação educacional do pedagogo. No entanto, suscita interpretações relativas a alguns de seus artigos, estabelecidos na Lei nº 9.394/96, quando define que:

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Na LDB, a organização escolar dá-se efetivamente por meio da gestão democrática, a qual institui a participação dos membros que fazem parte do meio escolar nas tomadas de decisões e realizações de ações, que sustentem o projeto pedagógico elaborado pelo corpo de profissionais, com a participação da comunidade escolar e local.

Pode-se perceber que a Lei em vigor, apresentou avanços necessários em relação a formação do profissional da educação, tais como: à obrigatoriedade da formação superior para o docente atuar na educação básica; obrigatoriedade do curso de graduação em Pedagogia para atuarem na administração, planejamento, supervisão e orientação educacional; à inclusão da prática de ensino de no mínimo trezentas horas; obrigatoriedade de pós-graduação para o docente atuar na educação superior; valorização profissional com promoção por meio de concurso público, aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial, progressão funcional com base na titulação (especializações, mestrado, doutorado), condições adequadas de trabalho e etc.

Com isso, percebe-se uma preocupação do país, e faz-se notar que as políticas públicas, provindas de estudos e debates em relação a formação do professor são utilizadas como instrumentos de tomada de decisões conscientes e participativas concernentes ao cenário educacional do Brasil.

2.5 Formação do Pedagogo a partir das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia - Resolução do CNE Nº 1/2006

A Resolução do Conselho Nacional de Educação- CNE n. 1, de 10 de Abril de 2006, estabeleceu Diretrizes Curriculares, com novas exigências e demandas para o curso no que diz respeito à formação dos profissionais da educação. O pedagogo passa a assumir o perfil de um profissional capacitado para atuar no ensino, na organização e na gestão do trabalho pedagógico em diversos espaços, bem como: administração, supervisão, coordenação etc. Segundo Fernandes e Silva (2018), são necessários a formação do profissional pedagogo “[...] conhecimentos que o permita atuar tanto em funções escolares quanto em outros níveis e modalidade do processo educativo”. Este profissional deverá, portanto, ter uma formação mais abrangente, tendo em vista as demandas atuais.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia definem princípios quanto à formação, tais como: conhecimento sobre o processo ensino e aprendizagem, metodologias, planejamento e avaliação, os quais são necessários no processo educativo.

Ainda de acordo com a Resolução 1/2006, em seu Artigo 2º define que “ [...] a Pedagogia é a formação inicial para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como outras instâncias e modalidades as quais sejam necessários os conhecimentos pedagógicos”.

As novas diretrizes do curso surgiram em meio aos conflitos entre a influência do sistema neoliberal e os docentes e/ou pesquisadores que lutam por uma formação de professores que venham atender aos anseios de uma educação de qualidade, visando o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, e não somente, capacitar mãos de obra para suprir as demandas da lógica mercadológica.

Os diversos cenários históricos revelam conjecturas sobre de que forma as diretrizes contribuiriam para a formação exigida dos cientistas-pesquisadores com base em uma análise reflexiva acerca da formação de professores nos cursos de pedagogia, no que diz respeito a desenvolver as habilidades, atitudes e valores necessários a construção do saber-fazer do profissional a partir das demandas que surgem durante a prática educativa, ou se devido a ampliação do curso traria como consequência a desprofissionalização dos professores pedagogos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, nos artigos 4º e 5º da Resolução CNE/CP n. 1/2006, que definem a finalidade do curso de pedagogia e as aptidões requeridas do pedagogo, as quais compreendem que os conhecimentos pedagógicos desse profissional englobam não somente o exercício docente voltado para a Educação

Infantil e Anos Iniciais do nível Fundamental, são também necessários para toda a prática educativa envolvendo a gestão, coordenação, elaboração de projetos, acompanhamento das atividades, avaliação, e compreendendo que o ato educativo e a produção de conhecimento dão-se tanto em âmbito escolar, quanto não escolar.

As diretrizes contemplam a articulação entre a docência, a gestão e a produção do conhecimento na área da educação que, não limitará a atuação desse profissional apenas para a docência, pois abordam o trabalho pedagógico tanto em espaços escolares, quanto em espaços não-escolares, na medida em que reconhecem que as diferentes relações estabelecidas nos diversos contextos têm interferência direta a práxis.

O curso de Pedagogia tem o enfoque principal sobre a docência e em todos os processos que ocorrem e/ou interferem diretamente na prática educativa, para exercer a função de maneira adequada é preciso ter conhecimentos pedagógicos, os quais são construídos com a articulação dos saberes científicos, culturais, morais, éticos e que por meio da utilização da dialógica, da investigação e da reflexão crítica, culminam no processo de construção e reconstrução dos saberes.

É essencial que as políticas educacionais do Brasil estejam voltadas para a valorização da formação dos profissionais. Desse modo, as políticas públicas, quando trazem questões no que concerne à formação, suscitam questões que permeiam a construção identitária do educador, assim como, as que contribuem e valorizam para que esse profissional permaneça exercendo o magistério.

A resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, encaminha um processo de implementação e organização que deixa claro que a formação do profissional pedagogo é voltada, principalmente, para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino fundamental. No entanto, o pedagogo pode atuar em outros níveis de ensino, bem como em outras áreas que sejam necessários os conhecimentos de cunho pedagógico, a partir da nova formatação curricular dos cursos de Pedagogia e o perfil desse profissional.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Formações de professores – Câmpus – Cajazeiras/PB, tem um papel importante, pois prioriza a formação de um profissional humanista, crítico, reflexivo capaz de exercer a profissão com ética e comprometimento com a prática educativa.

Nessa perspectiva, o PPC de Pedagogia da UFCG/CFP, determina que o curso forme:

[...] professores qualificados ao exercício profissional, com capacidade para atuar em diversos níveis e modalidades da Educação Básica –Educação Infantil e Anos Iniciais e Ensino Fundamental, bem como em gestão de processos educativos e na Educação de Jovens e Adultos. Essa formação pressupõe que os egressos do curso sejam capazes de desenvolver ações educativas, no sentido de promover a inserção dos que se encontram à margem do processo de escolarização, além de oferecer subsídios para a prática pedagógica no âmbito da escola, atendendo assim, aos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais. (UFCG/CFP, p.13, 2009)

O curso de Pedagogia enfatiza a formação de profissionais com capacidade de atuar na docência, em diversos níveis, modalidades de ensino e instâncias educacionais e nas mais diversas áreas que seja necessário a utilização de conhecimento pedagógico de maneira crítica reflexiva contribuindo para a construção intelectual da população.

Sabemos que os processos educativos sofrem forte influência dos aspectos sociais, políticos e pedagógicos, por isso é necessário considerar o contexto histórico-social do educando em que se constroem esquemas educativos primários, a partir das relações que são estabelecidas antes mesmo que inicie o processo de escolarização do sujeito, passando pela maneira que o processo educativo se inicia e se processa. Fazem parte do processo educativo: o processo de aprendizagem, as metodologias, a avaliação, como também o sistema educacional como um todo.

É fundamental considerar o contexto histórico-social como parte do processo educativo, pois as vivências, experiências, a socialização que ocorrem em ambientes educativos não institucionalizados são canais importantes de aprendizado que enriquecem o processo educativo e amplia a visão de mundo dos sujeitos enquanto atores principais do processo formativo.

No PPC de Pedagogia da UFCG/CFP, estabelece que os campos de atuação em que esse profissional poderá atuar, são:

na Educação Infantil; nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; na Educação de Jovens e Adultos; na Gestão de Processos Educativos; no planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades educacionais; na elaboração e implementação de projetos educacionais de caráter interdisciplinar. (UFCG/CFP, p. 11, 2009)

Podemos perceber que o curso já possui na grade curricular, novas áreas que contemplam a atuação de pedagogos na Educação Infantil, nos Anos Iniciais, bem como

sua atuação em espaços em que estejam presentes os processos educativos, possibilitando a esse profissional trabalhar de forma coletiva e interdisciplinar tanto em espaços escolares, quanto em não escolares.

3 FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Neste capítulo, abordamos as mudanças ocorridas no processo de formação do pedagogo na contemporaneidade, bem como suas funções e atribuições enquanto coordenador pedagógico, a partir das transformações no âmbito educacional, econômico, mercado de trabalho e novas demandas sociais, o que exige a redefinição da atuação desse profissional no decorrer dos anos:

As questões referentes ao campo de estudo da Pedagogia, da estrutura do conhecimento pedagógico, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos e professores, frequentam o debate em todo o país há quase vinte anos nas várias organizações científicas e profissionais de educadores (LIBÂNEO, 2007, p. 25).

Em relação à formação do pedagogo a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Pedagogia, estabelece no Artigo 5, que o profissional pedagogo deve agir com base na ética de forma a contribuir com a construção do ser humano em toda as dimensões sejam em espaços escolares ou não, bem como nos mais diversos níveis do processo educativo.

As diretrizes destacam que a base identitária do pedagogo é a docência. E, o documento traça um novo perfil para o profissional pedagogo, considerando que a formação docente “confere identidade ao professor-pesquisador-gestor como profissional da educação para atuar em espaços escolares e não escolares” (BEZEZINSKI, 2007, p.244).

Assim sendo, o profissional pedagogo passa a ter sua formação voltada para atuar não somente em espaços escolares, mas também em outros espaços aos quais fazem-se também necessários conhecimentos de cunho pedagógico.

Quanto a função do coordenador pedagógico, este desempenha um papel formador, orientando o trabalho a ser desenvolvido no ambiente escolar de forma coletiva, atuando como articulador entre os profissionais, contribuindo na produção de projetos da escola bem como na escolha dos conteúdos educativos.

De acordo com Soares (2011, p. 196):

A organização curricular por projetos tem por objetivo modificar a forma como a escola vem realizando o seu trabalho o seu trabalho na atualidade; ressignificar esse espaço em busca de melhorias nas relações pedagógicas, é fundamental para sua transformação em um espaço vivo de interações, aberto ao real e as múltiplas dimensões.

Dessa maneira, o coordenador pedagógico é essencial no ambiente escolar, considerando-se que esse profissional favorece a interação e integração de todos os indivíduos que fazem parte do processo educativo escolar, na medida em que possibilita, as relações interpessoais de maneira saudável e produtiva entre todos os envolvidos. No entanto, o cenário que se desvela em inúmeras unidades escolares são de resistências a esse profissional, devido a uma formação insatisfatória, a maneira inadequada de abordagem aos profissionais que estão em níveis abaixo da ordem hierárquica de cargos presente no ambiente escolar.

Segundo Dabul (2011, p.63), o coordenador deve possuir inúmeras habilidades, entre elas:

[...] de coordenar um grupo, para que seja coeso e integrado, capaz de mobilizar forças de tal forma que o todo constitua um bem maior que as soma das partes, requer muito mais que habilidades; exige, acima de tudo, persistência e predisposição para desenvolvê-las.

Nesse sentido, o coordenador pedagógico deve ter a habilidade de mediar e mobilizar o grupo para que o objetivo principal a alcançar seja fazer com que o processo de ensino-aprendizagem ocorra da melhor forma possível.

As relações interpessoais ocorrem de diversas formas e o coordenador pedagógico deve estar ciente dessa dimensão mais ampla da aprendizagem que é saber lidar com outros seres humanos, com diferentes opiniões, concepções de mundo e que é uma forma de aprender mais de si e do próximo facilitando assim todo o processo educativo.

3.1 A importância do pedagogo no processo educativo

Atualmente o pedagogo ocupa diversas funções no que diz respeito a organização do trabalho pedagógico, haja vista seu papel mediador no processo ensino-aprendizagem, considerando a solidez das ações pedagógicas e administrativas realizadas no âmbito escolar.

O pedagogo é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas. [...] Daí a necessidade de um espaço organizado de forma sistemática com o objetivo de possibilitar o acesso à cultura erudita (SAVIANI, 1985, p. 28).

O pedagogo deve sistematizar o processo que antecede a construção do conhecimento em sala, visto que sempre há uma boa organização e um planejamento por trás das ações desenvolvidas em sala de aula quando um conteúdo foi construído de maneira significativa.

Pimenta (1985, p. 34) corrobora com a importância do pedagogo no trabalho escolar coletivo:

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(es) no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto – político coerente.

As novas demandas no campo de atuação do pedagogo, vem transformando este profissional em alguém multifuncional no que consiste o trabalho interno do ambiente escolar, o que muitas vezes deixa sua função confusa no sentido de que não é exercida de forma definida da unidade escolar.

O pedagogo ocupa diversos espaços no âmbito escolar, sendo considerado uma fonte de apoio para as demais funções exercidas na escola. Mesmo que não seja reconhecido por sua função específica, por muitas vezes, isso acaba acarretando a interferência da prática do imediatismo, as quais são a resolução imediata de conflitos e problemas que ocorrem no cotidiano escolar, em outros termos, as suas tarefas são confundidas, o que o torna um cumpridor de atividades do dia-a-dia escolar. Perpassando a impressão que não há planejamento nem há preocupação com os resultados a longo prazo.

Nesse sentido, o pedagogo precisa articular de modo coletivo as funções de todos que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem, de maneira a explicitar

todas as funções que são exercidas na escola e competência para assumir ações da sua área ou função específica com responsabilidade. À vista disso, o pedagogo não será um multitarefeiro, o qual cumpre tarefas que não são de sua função, contudo desenvolverá um trabalho de ‘assessoria ao processo ensino - aprendizagem, desenvolvido na relação professor – aluno’ (PIMENTA, 1985, p. 35).

O profissional pedagogo deverá desenvolver o papel de auxiliar os docentes na elaboração e execução das atividades pensadas para o processo de ensino-aprendizagem de maneira que colaborem de forma significativa na construção dos sujeitos.

Nesse aspecto Libâneo (2001, p.161), acrescenta:

Quem, então, pode ser chamado de pedagogo? O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

É preciso ter claro que a demarcação de papéis na escola não implica na fragmentação de funções, entretanto possibilita a tomada de consciência de que cada um dos membros do corpo escolar possui tarefas distintas, em favor de uma luta comum, a partir da coletividade, em que os resultados surgirão através da prática individual, que por consequência refletirá no coletivo de maneira positiva ou negativa, considerando o comprometimento do grupo durante o desenvolvimento das ações.

Nessa perspectiva, Carbello (2013, p. 79) aponta:

[...] articular o trabalho coletivo na escola, ou seja, a ação docente com a participação discente, dos pais e da comunidade na concepção escolar caracterizada por instâncias de representação, tornou-se um homérico desafio para os profissionais que estão à frente da gestão escolar democrática, em especial ao pedagogo gestor.

Partindo dessa dimensão, há entraves que surgem na implementação de uma gestão democrática, que são históricas em que a figura do gestor era inflexível e as tomadas de decisões só seriam tomadas por ele. No cenário atual cabe ao profissional pedagogo, articulado com os demais setores que compõem a escola, explicitar as ações específicas a sua função no cotidiano escolar, elaborando um plano de trabalho através das diretrizes que são designadas nas bases legais.

As várias mudanças ocorridas no campo de ensino-aprendizagem e o surgimento de novas demandas, estabelecidas pela legislação em vigor e a exigência social, ao longo das décadas fazem com que a escola pública exerça diversos papéis, tais como: preocupação em manter a frequência de forma regular e o aproveitamento satisfatório dos alunos, de modo a evitar e/ou diminuir os impactos que a defasagem traz para o processo ensino-aprendizagem etc.

No entanto, é notável que apesar da diversidade de público que a unidade escolar tem assumido, pouco vemos mudanças em termos de investimento, sejam eles de natureza estrutural, material, humano e organizacional.

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições cada vez piores de funcionamento [...]. A rede pública passa, então, a atender uma população totalmente diversa daquela à qual estava habituada a servir, só que, agora sob precárias condições de funcionamento [...] (PARO, 2006, p. 86).

Com as várias mudanças ocorridas no processo de aprendizagem a escola pública tem assumido diversos papéis com o grande aumento da demanda, mudanças na legislação e imposição social. Esse fato muitas vezes apresenta problemas no tocante a desvio de funções dos profissionais advindos de ordens superiores ou que se fazem necessárias no decorrer do cotidiano escolar, tornando confusa sua função específica no que diz respeito a organização do trabalho pedagógico.

Para Pimenta (1995, p.177),

[...] a situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em condições deficitárias, falta de material didático, distribuição da merenda, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incumbam da solução dos problemas imediatos.

É possível afirmar que esses problemas começam nas políticas públicas educacionais, tendo em vista que a escola passou a atender uma maior demanda populacional sem aumento proporcional de investimento, causando a sobrecarga dos profissionais, levando-os a realizarem várias funções de acordo com as demandas do

ambiente escolar, condições estruturais precárias, bem como questões relacionadas ao contexto em que a escola está inserida. E que exige do professor-coordenador que a escola dispõe para resolver problemas emergenciais que surgem no cotidiano escolar que excedem o âmbito de sua função.

3.2 Atuação do coordenador pedagógico frente a gestão democrática

O coordenador pedagógico é um profissional que faz mediações entre a equipe gestora e o corpo docente, do mesmo modo que se relaciona com os discentes e os familiares. Ele tem um papel estratégico, tendo em vista que atua em diferentes instâncias educacionais, haja vista que exerce função de articulador, formador e transformador, fazendo com que os estudantes se desenvolvam da melhor forma possível e que se tornem capazes de construir e reconstruir o próprio conhecimento. Segundo Freire (2005, p. 119)

Numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades ao serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças. Daí a investigação temática como ponto de partida do processo educativo, com ponto de partida de sua dialogicidade.

Diante das discussões sobre a concepção bancária de educação na qual o conhecimento é rígido, não dialógico, em que o professor deposita o conteúdo no educando e não traz uma prática refletida e problematizadora, é necessário dialogar criticamente acerca da realidade que se desvela através da tomada de consciência sobre o pensar investigador coletivo e na medida em que faz uma problematização da situação como parte do processo educativo.

A função desenvolvida pelo coordenador pedagógico de articulador envolve todo o quadro de professores, os alunos e as famílias, a legislação educacional vigente e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar. É o coordenador que tem posse das capacidades e habilidades adquiridas através da formação para que todas as ações necessárias a serem desenvolvidas durante o ano letivo sejam articuladamente a todos os que fazem parte do processo ensino-aprendizagem.

Sendo assim, é fundamental retomarmos o que afirma o que afirma o art. 14 de LDBEN nº9.394/1996, quando diz que cabe à escola a elaboração do projeto pedagógico, e, para tanto, é preciso que ocorra a participação da comunidade escolar por meio de conselhos escolares e equivalentes. Como é possível constatar pela legislação educacional, de fato tal definição cabe realmente à escola. No entanto, para que isso realmente ocorra é imprescindível que os pressupostos [...] sejam de total domínio dos profissionais da educação, inclusive para que estes possam subsidiar teoricamente a população que estará participando do processo de elaboração. (SOARES, 2011, p. 165)

É necessário trazer questões referentes as formas de organização da escola, que enquanto instituição social, deve ter como foco a formação de sujeitos que seja capaz de compreender o contexto social em que está inserido e, a partir disso, participar ativamente de um processo de transformação individual e social, se reconhecer enquanto indivíduo, mas que pertence a uma sociedade.

O coordenador pedagógico tem papel essencial no estabelecimento do vínculo entre a família e escola, o qual favorece o diálogo no que diz respeito aos aspectos de rendimento escolar dos alunos e trazendo soluções viáveis as dificuldades de aprendizagem, por exemplo. Uma outra função significativa que o coordenador pedagógico desenvolve dentro do ambiente escolar é dar o sustentáculo aos professores de alunos que apresentam situações com dificuldades específicas de aprendizagem.

Mais que atuar auxiliando na elaboração e desenvolvimento da estrutura e implementar o currículo com as bases legais, o coordenador deve atuar juntamente com os docentes, alunos e famílias, sempre considerando com respaldo a legislação educacional brasileira, o que integra as atribuições do coordenador pedagógico. Conforme Soares (2011, p. 164):

[...] devemos possibilitar ao pedagogo o tempo necessário para que possa fomentar e embasar teoricamente as opções que estarão sendo discutidas pelos profissionais da educação e pela comunidade escolar. Ou seja, cabe a ele a coordenação do trabalho pedagógico com vistas a definições da opção de currículo adotada pelo coletivo da escola para que ela consiga cumprir com a finalidade de oferecer educação de qualidade para a população.

Outra atribuição essencial do coordenador pedagógico é articular de forma adequada atividades que garantam o cumprimento do PPP da unidade escolar, propor intervenções e ações que sustentem os objetivos estabelecidos no projeto, de modo que toda a comunidade escolar se beneficie.

Cabe também a função do coordenador propiciar estudos de forma a melhorar a prática educativa dos professores. Concerne, ainda, as atribuições do coordenador: dar suporte para que os docentes aprimorem as suas práticas pedagógicas, fornecendo oficinas e cursos em diversas modalidades, apresentando temas relevantes a prática cotidiana do ambiente escolar, tais como: didáticas, metodologias e métodos de avaliação do ensino, promover práticas inovadoras de ensino e incentivar a utilização de tecnologias educacionais.

De acordo com Andrade (2016, p. 134):

Na sua função, a coordenação, deve propiciar estudos que enriqueçam e renovem os conhecimentos, repensando a prática educativa. Logo, deve evidenciar esse processo de reflexão-ação, para tanto precisa ter formação consistente e manter-se atualizada, para ter condições de realizar um trabalho pedagógico capaz de proporcionar mudanças positivas nas práticas cotidianas do professor em sala de aula.

Por ter uma função mediadora por excelência, o coordenador deve favorecer discussões sobre as questões que envolvem as práticas educacionais juntamente aos professores, facilitando o desenvolvimento a práxis no dia a dia, mediante os posicionamentos sobre o trabalho docente de maneira crítica.

As mudanças ocorridas na sociedade, no âmbito social, político e econômico, influenciam diretamente no cenário educacional, e, ser consciente desses fatores possibilita compreender a realidade educacional, bem como a do pedagogo em sua atuação séria e comprometida ao longo do processo histórico da Educação.

Boa parte desse período, esse profissional teve sua função limitada pelo controle, tendo em vista que o pedagogo, em sua função primordial, é caracterizado por organizar todo o trabalho pedagógico desenvolvido na unidade escolar.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta ou intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletiva pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação de elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANNI, 2003, apud SOARES, 2011, p. 25):

É necessário salientar que o ato de produzir da escola está interligado a como a mesma é inserida no meio e, a partir disso, ampliar a visão e o conhecimento de forma

sistemática, por isso o ensino deve ser organizado de acordo com o contexto em que o indivíduo está inserido, para que este seja capaz de intervir e agir na sociedade de forma crítica e consciente. Sob esse aspecto

Este homem, em constante modificação, necessita de respostas satisfatória. Os sistemas de ensino, ao considerar estes elementos, necessitam implementar mudanças, pois ainda existem questões que estão além da boa vontade dos envolvidos, como a ‘[...] irrelevância de nossos sistemas educacionais, a defasagem da escola, que não cumprem sua finalidade maior voltadas para a emancipação de sujeitos históricos[...] ao construir seu próprio projeto de vida’. (MORAES, 2003, apud TEIXEIRA, 2011, p.132)

Na escola pública a organização do trabalho pedagógico está atrelado, em sua maioria, ao burocrático. Todavia, para concretizarem-se os papéis tornam-se indefinido, por muitas vezes, na unidade escolar, com trajetória dispersa comprometendo o caráter de emancipação dos sujeitos a partir da prática educativa.

Com as mudanças na forma de organização pedagógica, o pedagogo passou a atuar em várias funções, tendo em vista que houve a necessidade de adaptar-se rapidamente a essa nova realidade, a qual exige atender todo o crescente aumento da demanda educacional.

Nesse sentido, a organização da escola foi-se adaptando à flexibilização, à criatividade, à racionalidade, ao reflexo e impacto da empresa, adequando-se, como pôde, dependendo do grau de “participação” e de organização da comunidade aos princípios mercadológicos do neoliberalismo, traduzidos no empreendedorismo dos sujeitos e na prática voluntária dos cidadãos, que passaram a integrar, interagir e participar das políticas contributivas, construídas a partir do desmonte do Estado. (LIMA, 2004, p. 26).

Na atualidade, embora o Estado tenha avançado em termos de políticas públicas para a Educação, ainda hoje o profissional pedagogo exerce dualidade funcional, somando-se a isso na prática, na qual assume diversas tarefas inerentes à sua função, o que causa certa desorganização dos papéis funcionais, gerando o desvinculo de funções dos profissionais para assumirem outras atribuições nas escolas públicas, que atendem a um sistema neoliberal de gestão e organização trazidos pelo capitalismo, ao qual não considera os contextos sociais, econômicos e políticos atuais.

A gestão da escola pública não pode ser entendida fora do atual contexto socioeconômico e político que hora vivenciamos, em que a expansão de uma política governamental neoliberal atinge todas as esferas da sociedade brasileira. E essa sociedade, por sua vez, não pode ser entendida desvinculada de seu caráter classista, desigual e injusto, mas permeadas pelas contradições do próprio capitalismo. (SOARES, 2011, p. 21)

Com as habilitações desse profissional modificadas ao longo do tempo, com o intuito de suprir a diligência, tanto no âmbito legislativo quanto no espaço social, encontra-se pedagogos preenchendo as demandas de equipes pedagógicas. Ora como supervisores, ora como orientadores, ora coordenadores pedagógicos e denominados atualmente como professor pedagogo executando funções, sejam elas referentes ao seu papel ou não.

Muitas vezes o desenvolvimento de sua função se torna comprometida devido as próprias leis que deveriam assegurar uma formação adequada ao ambiente escolar dos profissionais da educação e, no entanto, são por muitas vezes negligenciadas e/ou realizadas de forma superficial em decorrência do aumento das demandas a serem atendidas emergencialmente. A LDB de 1996, estabelece:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

1. ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
2. aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
3. piso salarial profissional;
4. progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
5. período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
6. condições adequadas de trabalho.

Com a nova forma de organização, do aumento das demandas no âmbito educacional, aspectos estruturais escassos, pouco investimento do governo na formação, capacitação e a sobrecarga dos profissionais da educação, por vezes acarretam a desmotivação e o adoecimento desses profissionais.

É importante ressaltar que a delimitação do papel do pedagogo, sob as atividades desenvolvidas na instituição de ensino, não significa fragmentar a sua função, mas tornar ciente de que as atividades a serem desenvolvidas em cada função são diferentes, as quais visam um objetivo comum a partir da visão do coletivo pautado nas relações

estabelecidas no interior da escola, e que os resultados virão através do comprometimento de cada um ao desenvolver as ações exigidas em cada função durante o processo educativo em uma gestão que seja efetivamente democrática.

As razões que nos levam a acreditar no princípio da gestão democrática é que ele é fundamental para as relações humanas e deve ser pautado pela transparência, tanto na divulgação de informações necessárias ao grupo, com o intuito de que sejam tomadas as melhores decisões, quanto na garantia de que as definições coletivas sejam implementadas, mas também pelo diálogo franco, aberto e responsável de todos os envolvidos e, fundamentalmente, que tais relações sejam baseadas na alteridade. (SOARES, 2011, p. 58)

Desse modo, é possível que o pedagogo coordene ações desenvolvidas pelos professores de maneira que a instituição escolar ofereça uma educação com qualidade a população, bem como, trazer ao profissional pedagogo o desafio de enfrentar a organização escolar pública da atualidade fixada nas políticas neoliberais para o ensino que dificulta o processo de autonomia da escola.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos o delineamento da pesquisa por meio da organização do estudo sistematizada pela pesquisadora, visando o êxito da pesquisa. Desse modo, são apresentados a caracterização da pesquisa e instrumento, bem como o lócus e os sujeitos da pesquisa.

4.1 Caracterização da pesquisa e Instrumento

Esta pesquisa teve como os seguintes objetivos: Refletir as funções e atribuições do Coordenador/a Pedagógico/a na organização do trabalho pedagógico em parceria com os diversos segmentos educativos; revisitando o percurso histórico acerca da formação e atuação desse profissional a partir dos anos 60 até os dias atuais; Caracterizar os desafios vivenciados pelo coordenador pedagógico no contexto escolar; Identificar às concepções da gestora, coordenadora pedagógica e da docente, referente ao processo de organização do trabalho pedagógico.

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, buscando, através de aportes teóricos, bem como, artigos científicos e livros, se familiarizar com o tema em pesquisa, tendo “[...]o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa” (PRODANOV, 2013, p. 54).

Em seguida foi realizada uma pesquisa de campo, com o objetivo de construir novos conhecimentos. Na pesquisa de campo foi realizada uma entrevista semiestruturada com 7 (sete) questões a seguir:

1. Na sua concepção, qual é a função do pedagogo na escola?
2. Quais as competências necessárias para atuação do pedagogo nas escolas?
3. O que você entende por coordenação pedagógica?
4. Você considera necessário um coordenador pedagógico na escola?
5. Quais são os desafios enfrentados pelo/a coordenador/a pedagógico/a durante o exercício da sua profissão?
6. Na sua concepção existe aceitação e/ou resistência referente a atuação do/a coordenador/a pedagógico /a na escola? Justifique.
7. Quais as atividades que o/a coordenador/a pedagógico/a exerce na escola?

A partir das informações coletadas junto a diretora, a coordenadora pedagógica e a docente centrando-se nas discussões em torno do trabalho e das atribuições do coordenador/a pedagógico/a, apresentando os desafios e competências de sua função, explicitar sobre questões que estão intimamente ligadas a formação, a função do profissional pedagogo a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DNCP), bem como no que concerne o papel do/a coordenador/a pedagógica/a na organização do trabalho pedagógico.

O método de abordagem para analisar os dados colhidos na pesquisa foi o qualitativo, na medida em que o pesquisador teve acesso direto as informações no ambiente e busca retratar os elementos que constituem o contexto estudado e não somente dados estatísticos.

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. [...] Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 70)

O pesquisador buscou significados atribuídos aos fatos observados, participar, compreender e a interpretar as informações que são selecionadas por ele obtidas a partir da pesquisa.

A estratégia de aplicação da entrevista foi escolhida pela necessidade de ouvir os profissionais, suas opiniões e reações ao serem questionados, pois segundo Lakatos & Marconi (2010):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional, é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS & MARCONI, 2010, p.178)

Sendo assim, *a entrevista é* uma estratégia que requer disponibilidade de tempo do entrevistador e do entrevistado, pois segundo Thompson (1992):

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidências que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro —subjetivo‖ de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. (THOMPSON, 1992, p.258).

Podemos perceber que durante a etapa de análise dos dados coletados, tanto as informações obtidas quanto a forma como são dadas pelo sujeito, trazem ideias, conceitos e pontos de vista que indicam a forma como o sujeito vê a vida e compreende o mundo.

4.2 Locus e sujeitos da pesquisa

Primeiramente os sujeitos da pesquisa foram informados sobre a relevância do estudo e ao concordarem em participar foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e realizada a coleta de dados.

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada para obter uma maior aproximação com os dados prestados pelos sujeitos, e para que pudesse extrair as informações necessárias para este trabalho. “O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 278), a qual teve como sujeitos: 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, ambas com formação em Pedagogia, e 1 professora com formação em Letras, que atua na rede pública, no ensino fundamental II e médio, modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na cidade de Sousa-PB. A escola foi escolhida como objeto do estudo qualitativo durante o período de Agosto de 2019.

O objetivo dessa entrevista foi chegar o mais perto possível da resposta e da confirmação de algumas questões levantadas na pesquisa de campo realizada. Por isso, os dados serão transcritos de forma a preservar a fala dos entrevistados. A análise dos dados será realizada a partir das respostas obtidas através dos sujeitos da pesquisa. Será utilizada a técnica de análise de conteúdo, em que será feita a transcrição fiel das informações da entrevista e, em seguida, a interpretação das informações.

De acordo com Bardin (1977, p. 95):

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Assim, a análise de conteúdo resultou em metodologias utilizadas para analisar os dados. Então, realizou-se uma leitura flutuante, em seguida foram preparados os dados coletados, separando por categorias, para analisá-los e interpretá-los, permitindo que o pesquisador obtenha maiores informações sobre o objeto de pesquisa.

5. RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

Nessa pesquisa, no tocante as entrevistas, as questões aplicadas foram escolhidas de modo a perceber o que realmente estava por trás da : Segundo Lakatos & Marconi (2009, p. 275) afirma que: “não consiste apenas em ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Deste modo, tivemos a oportunidade de ver mais de perto a realidade e rotina vivida por esses profissionais e pudemos observar que a diretora e a coordenadora pedagógica tiveram que se ausentar para resolver problemas que surgiram durante as entrevistas, apesar de os mesmos terem escolhidos tais horários por serem mais “tranquilos”.

Com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos, a diretora, a coordenadora pedagógica e a professora foram identificadas pelas funções exercidas na unidade escolar de Ensino Fundamental I e II, além de EJA.

Primeiramente, houve um encontro para conhecer os participantes, o âmbito escolar em que trabalham e informações referentes aos horários mais adequados a cada um para a realização das entrevistas. A primeira a ser entrevistada foi a coordenadora pedagógica da instituição no turno da manhã, que atua como apoio pedagógico. A segunda foi a gestora, que estava em seu turno pela noite. Em terceiro, foi entrevistada a professora da instituição no turno da tarde. Todos os participantes realizaram as entrevistas antes do horário recreativo.

Como forma de melhorar a apresentação dos dados coletados, esta seção foi disposta em oito subseções que apresentam as questões propostas no roteiro para realizar as entrevistas.

5.1 Perfil dos entrevistados na pesquisa

As entrevistas foram realizadas com três profissionais de uma escola pública, no município de Sousa-PB. No primeiro momento, procuramos compreender acerca do perfil de cada participante, que foram:

Docentes	DIRETORA	COORDENADORA	DOCENTE
Idade	63	56	32
Sexo	F	F	F
Formação	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura em Letras
Especialização	Metodologia	-	Linguística
Tempo de atuação na escola	+ 20 anos	13 anos	6 anos
Tipo de vínculo empregatício	Concursada	Prestadora de serviços	Concursada
Carga horária	20	20	25

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2009.

Referente aos dados dos sujeitos pesquisados, a diretora tem formação superior de Licenciatura Plena em Pedagogia e possui habilitação em Supervisão Escolar; a diretora tem formação Superior Licenciada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, Especialização em Metodologia e Mestrado na área de Educação; e a professora tem formação superior em Letras, pós-graduação em Linguística Aplicada e mestrado em Linguística.

As entrevistadas oram questionadas se teriam outras experiências na educação básica, a coordenadora pedagógica atuou também na função de supervisora, diretora, tutora do pro-formação e a professora no Fundamental I e II, a diretora atuou na função de supervisora, coordenadora pedagógica, foi presidente do Conselho Municipal, participou de vários projetos, atuou como professora de didática, em cursos de Alfabetização e professor(a) nos níveis Fundamental I e II e Ensino Médio, e, o (a) professora ensina no Ensino Fundamental II e médio (EJA e Regular).

Concluído o perfil dos profissionais participantes, foram feitas sete questões referentes a concepção de cada um sobre a atuação do coordenador pedagógico.

5.2 O Pedagogo e suas competências na atualidade

No tocante as competências do Pedagogo na contemporaneidade, a Resolução 1/2006, em seu Artigo 2º define que “a Pedagogia é a formação inicial para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como outras instâncias e modalidades as quais sejam necessários os conhecimentos pedagógicos”.

As novas diretrizes do curso surgiram em meio aos conflitos entre a influência do sistema neoliberal e os docentes e/ou pesquisadores que lutam por uma formação de professores que venha atender aos anseios de uma educação verdadeiramente de qualidade, qual visa o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, e não somente, capacitar mãos de obra para o suprir as demandas da lógica mercadológica.

Em vários momentos do percurso histórico ocorreram mudanças acerca da formação do pedagogo, nos cursos de pedagogia. As Diretrizes Curriculares Nacionais, nos artigos 4º e 5º da Resolução CNE/CP n. 1/2006, definem a finalidade do curso de pedagogia e as aptidões requeridas do pedagogo, as quais compreendem que os conhecimentos pedagógicos desse profissional engloba não somente o exercício docente voltado para a Educação Infantil e Anos Iniciais do nível Fundamental, são também necessários para toda a prática educativa envolvendo a gestão, coordenação, elaboração de projetos, acompanhamento das atividades, avaliação, e compreendendo que o ato educativo e a produção de conhecimento dão-se tanto em âmbito escolar quanto não escolar.

5.2.1 Relevância do Pedagogo na escola a partir dos teóricos e os sujeitos entrevistados

Na atualidade, o pedagogo teve seu campo de atuação ampliado o que demanda uma formação teórico-prática sólida, que atenda de fato às exigências e demandas atuais.

A esse respeito, ao serem indagados sobre qual a relevância do pedagogo no ambiente escolar, os participantes da pesquisa deram as seguintes respostas:

A função é essa. É você estar procurando meios de melhorar, a aprendizagem, o comportamento, que a gente sabe que o professor não vai só ali dar o conteúdo, você tem que ser de tudo um pouco para poder...que a gente tem “N” problemas, né? Os alunos vêm de outras famílias, desestruturadas, carentes, então a gente tem que estar ali, o suporte para ver essa questão de aprendizagem, da evasão que é um problemaço, um problema grande da evasão e a gente fica tentando. Tem horas que a gente consegue, tem horas que não, né? Mas por isso que eu acho que o pedagogo coordenador ajuda. Assim, é um suporte para os professores e os alunos também. (Coordenadora Pedagógica)

É planejar, é avaliar, é observar, é desenvolver, assim, ajudar na aprendizagem dos alunos, juntamente com o professor. (Diretora)

A função do pedagogo na escola é de articulador do processo pedagógico no interior da escola no que tange os processos relacionados ao ensino e a aprendizagem em diálogo com as questões sociais e a realidade de todos os envolvidos no contexto escolar.
(Professora)

Diante do cenário educacional que se desvela pode-se observar nas falas da coordenadora pedagógica e da professora que é imprescindível considerar o contexto em que a escola e os alunos estão inseridos dado que, Anaya (2011, p. 55) aponta que “[...] um dos entraves [...] é relativo à desconsideração de questões referentes à história de vida desses alunos, uma vez que a instituição formadora e o currículo nem sempre priorizam os estudantes, em seu contexto [...]”. Por isso, é necessário que o pedagogo traga para o espaço escolar reflexões e discussões sobre novas práticas de ensino, compreendendo as novas demandas educacionais e oportunizar o envolvimento dos profissionais em debates e ações acerca de espaços que favoreçam o processo de emancipação e libertação dos sujeitos.

Soares (2011, p. 112) afirma que

O pedagogo é o profissional da educação que tem por função primordial a organização e coordenação de todo o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola. Para que tal ação tenha possibilidade de sucesso, ele deverá ter sempre como elemento norteador o PPP, que foi discutido e elaborado coletivamente por todos aqueles que trabalham na escola.

Cabe ao profissional pedagogo criar espaços de estudos, reflexões e discussões para atualização do conhecimento, o repensar das práticas e metodologias, visando assim, atender às necessidades e demanda da instituição educativa. Logo, é imprescindível uma gestão democrática, com a participação de todos na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico. Não é uma tarefa fácil de ser realizada, pois exige esforço, comprometimento e a colaboração de todos os profissionais bem como da comunidade para que obtenha os resultados esperados. Por isso, no final de cada reunião desenvolvida coletivamente é necessário analisar e tomar as melhores decisões que objetiva uma educação de qualidade.

5.2.2 Competências necessárias ao Pedagogo

Tendo em vista todos os aspectos que interferem no ato educativo são exigidas do pedagogo competências necessárias para sua atuação no ambiente escolar. Sobre as competências do pedagogo, os profissionais responderam desse modo:

As competências? Eu acho que tem que ser uma pessoa responsável, compromissada para poder desenvolver o trabalho porque não é fácil. A gente recebe elogios mas recebe críticas e você tem que...eu pelo menos ajo assim na minha vida desse profissional, eu recebo as críticas, mesmo que seja umas críticas destrutivas, mas naquele momento eu posso até ficar triste, abalada, revoltada, mas depois me dá aquela vontade de fazer melhor do que eu já fazia. Aí eu consigo, assim, eu tenho conseguido, sabe? Assim, aos poucos. Trabalho de formiguinha mesmo, mas eu tenho conseguido, Graças a Deus! É isso que me dá mais ânimo. (Coordenadora Pedagógica)

As competências? São várias. Assim, ele tem que acompanhar o ensino-aprendizagem, né? Ele tem que ver o resultado, ele tem que fazer, juntamente com o professor, desenvolver ações que melhore na aprendizagem, ver as necessidades que precisam ser atendidas e ir encaminhando essas ações para que melhore essas aprendizagens. (Diretora)

Ética, comprometimento, responsabilidade, flexibilidade, respeito, criticidade, empatia, além da preparação teórica e prática. (Professora)

Observa-se que na fala dos profissionais que participaram da pesquisa, o pedagogo deve organizar e coordenar todo o trabalho que é desenvolvido na escola com embasamentos legais, práticas que favoreçam o processo educativo interior escolar por meio do diálogo, engajamento, criticidade, considerar os diferentes espaços de aprendizagens e as demandas que devem ser supridas.

Libâneo (2011, p. 138) corrobora com a assertiva quando diz que:

Pedagogo é o profissional que atua em várias instancias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa dos saberes e de modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes a prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.

O profissional pedagogo precisa estar preparado para compreender e atuar, nas diversas situações de adversidades e conflitos interpessoais, no exercício da prática

educativa, visto que sua identidade é construída na formação contínua, atuação profissional e na investigação e problematização do contexto educacional.

Dessa maneira, urge políticas educacionais, estruturas e gestão considerando uma visão mais ampla da educação e de suas relações com o social; e para o educativo, que diz respeito a prática educacional propriamente dita, que envolve a educação e sua relação entre os agentes, mediando objetivos e meios de instruções em várias modalidades e instâncias.

5.3 Funções e atividades desenvolvidas pelo/a Coordenador/a Pedagógico/a

É atribuída ao coordenador pedagógico a diversidade de funções as quais tomam conta da maior parte do tempo que poderia ser destinado para a organização e acompanhamento do trabalho pedagógico, assim, perde de vista a característica principal deste profissional: planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada com os demais profissionais, buscando a efetivação no processo ensino–aprendizagem. Sendo, por muitas vezes, descaracterizado, de seu papel, e caracterizado como, porteiro, substituto de professor, secretário, auxiliar de diretor, dentre outras funções institucionalizadas.

5.3.1 Concepções da gestora, coordenadora pedagógica e professora acerca de coordenação pedagógica na organização do trabalho pedagógico

O coordenador pedagógico tem conquistado seu espaço no ambiente escolar, no entanto, ainda é necessário discutir sobre a concepção de cada profissional sobre o que é coordenação pedagógica. Nessa perspectiva, os participantes da pesquisa responderam da seguinte maneira:

A coordenação é você está à frente para ajudar, colaborar na questão da melhoria da aprendizagem. Assim, estar estimulando o professor porque realmente não está fácil na sala de aula, tem os alunos que não querem muito e a gente tem esse papel de estar motivando também, além de você trazer novas metodologias, melhorar a questão da maneira de você passar os conteúdos. Você tem que estar na frente sendo o motivador porque as vezes eles vêm muito desmotivados. E eu digo a eles: “vocês têm que estar motivados para motivar a turma”.

Se isso não acontecer fica mais difícil, né? Tem que gostar do que faz.
(Coordenadora Pedagógica)

Ah! É muito bom. Foi muito bom. Assim, eu sou gestor (a) e antes eu era supervisor (a), mas é muito bom porque é necessário a gestor (a) fazer parte da coordenação pedagógica porque o que mantém a escola viva é o andamento da aprendizagem dos meninos, é a maneira, é a didática. E isso tudo como eu já fui coordenador (a) pedagógico (a) e agora como gestor (a) eu também ajudo bastante no desenrolar das reuniões, dos planejamentos. Eu sempre estou a frente. (Diretora)

A coordenação é uma espécie de mediadora entre o professor, a instituição, a comunidade e todos que dela participam. É através da coordenação pedagógica que o professor articula um diálogo entre as mais variadas realidades manifestadas em sala de aula. (Professora)

Percebe-se que nas falas da coordenadora pedagógica, da diretora e da professora há outras questões a serem tratadas que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem e que é necessário que a coordenação esteja preparada para ter a sensibilidade de olhar com mais clareza e flexibilidade sobre as inseguranças que permeiam a prática educativa. No que concerne ao trabalho do professor, Anaya (2011, p. 54) assevera que, “[...] espera-se do professor, mais do que de qualquer outro profissional, que interceda na formação da comunidade de aprendizagens em diferentes espaços de interação [...]”. E a partir disso, o trabalho do coordenador pedagógico deve ser pensado de forma que valorize a cooperação entre os agentes educativos, no sentido de envolver todos que fazem parte desse processo.

A coordenação pedagógica no ambiente escolar é essencial para o bom andamento da aprendizagem, propiciando suporte necessário aos docentes, de forma que atenda às demandas dos alunos, bem como, sua participação nas decisões na gestão, no tocante as atividades desenvolvidas a unidade escolar.

Sobre esse aspecto Freire (1996, p. 45):

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança do medo que, ao ser educado, vai gerando a coragem. A coragem do uso social do conhecimento como mecanismo de (re) construção do meio e dos pensamentos que fazem emergir uma sociedade diferente, fomentadora das necessidades mais urgentes de seus partícipes.

É importante uma coordenação ativa e compromissada com a educação, que avalie, planeje colabore, busque meios e alternativas de tornar o ambiente educativo

atrativo e interativo para que ocorra o processo de construção do conhecimento e formação humanizada dos sujeitos em todos os aspectos. A coordenação pedagógica deve desenvolver um trabalho sistematizado de forma coletiva, acolhendo e trazendo formas de superar as problemáticas que envolvem a prática educativa e formativa dos indivíduos.

5.3.2 Importância do/a coordenador/a pedagógico/a na escola

O coordenador pedagógico é de suma importância o ambiente escolar para que ocorra o melhoramento do processo ensino - aprendizagem, no que diz respeito a elaboração de atividades que fazem parte de todo o processo educativo. A esse respeito, os sujeitos da pesquisa, redargüiram desse modo:

Eu acho fundamental, porque eu acredito que o diretor sozinho não tem condição porque tem muita parte burocrática, cobrança, sabe? Outras coisas que tira, apesar de que ele (a) é formado (a) em Supervisão também, né? Mas eu acho e até mesmo os professores acham que é importante, só que infelizmente não é valorizado também, mas eu acho que é de fundamental importância, toda vida eu achei. (Coordenadora Pedagógica)

Demais! Demais! É essencial! Para o bom andamento, para a melhoria da aprendizagem, para auxiliar, assim, os professores. É muito bom também na relação entre direção e professores. (Diretora)

A presença e atuação de um coordenador pedagógico são extremamente necessários no espaço escolar, uma vez que sua função é peculiar e intransferível.(Professora)

Observa-se que os sujeitos da pesquisa ressaltaram a importância do coordenador pedagógico no ambiente escolar, uma vez que fizeram referência ao seu apoio nas questões que englobam o trabalho pedagógico exercido no interior da escola. Uma vez que o trabalho do coordenador pedagógico se concretiza, na concepção de Dabul (2011, p. 65-66), “não como centro de referência, mas sim um alguém que acolhe, compreende, inspira, esclarece, orienta, apoia, desafia, reflete, conhece e empreende ações que buscam favorecer um ensino de melhor qualidade”. Portanto, o seu papel se consolida no interior da escola na medida em que o trabalho pedagógico atinge os objetivos a partir de um ensino com mais qualidade de forma mais dinâmica e significativa.

Ao refletir as diversas atribuições da coordenação pedagógica, Andrade (2016, p. 129) ressalta que

Primeiramente é ou deve ter sido um educador e por isso deve estar atento as questões de aprendizagem no interior da escola. [...] É antes de tudo um articulador, um agente de transformação no cotidiano escolar. Nesse sentido, seu trabalho deve estar ligado ao trabalho do educador incentivando-o para que este possa adquirir mais eficiência na sua ação tendo o planejamento como uma ferramenta que auxilia na organização da sua prática.

Logo, os profissionais que fazem parte do processo educativo tornam possível solucionar e mudar as questões que permeiam a aprendizagem e a formação do sujeito. O coordenador pedagógico em sua atuação deve possibilitar o momento do planejamento mais atrativo, dinâmico, dialógico e, assim, auxiliar aos docentes, no que concerne, as relações que são estabelecidas com a aprendizagem dentro e fora de sala de aula.

5.3.3 Desafios enfrentados pelo/a coordenador/a pedagógico/a durante o exercício da sua profissão

A coordenação pedagógica enfrenta desafios desde ao que se refere as atividades do planejamento que muitas vezes há resistência por parte dos professores. No entanto, o coordenador deve motivar sempre o planejamento, tendo em vista que o mesmo é um modo de organizar o trabalho docente. Sobre os desafios enfrentados pela coordenação pedagógica durante o exercício de sua profissão, os sujeitos pesquisados replicaram da seguinte forma:

Os desafios são esses, justamente, umas não compreendem, assim, acham que é bobagem, quando a gente vai fazer uma formação, tipo, um planejamento do início do ano. Hoje é menos, dos docentes, pelo menos no início. Do gestor eu não senti tanta dificuldade, assim, de botar empecilho não, mas de alguns professores sim. Não são todos, mas algum sim. Uma pequena parte, mas que atrapalha também que as vezes você fica meio travada assim para fazer certas coisas. Desestimula também né? Que a gente também tem que se motivar para dizer: não, mas eu vou fazer minha parte, independente de A, de B não goste, não queira melhorar, mas eu vou fazer. Mas tem, tem esses entraves, de não quere, assim, de não inovar, de querer ficar naquela coisinha...tem uns que fazem cursos de aperfeiçoamento, mas eu digo assim na prática de execução dos professores. Tem uns que

desenvolvem um trabalho realmente muito bom e outros são meio parados. Compromisso tem que ter. Acima de tudo é um compromisso, eu acho. (Coordenadora Pedagógica)

É porque é assim, a gente ainda tem professor que não quer, assim, planejar, não é? Ainda tem os descasos, que são resistentes as mudanças, não é? Porque a gente vive eternamente mudando, não é? Aí é problema com a supervisor (a) quando ele quer estudar, fazer manhãs de estudo, aí temos problemas, é alguns empecilhos de alguns professores, até mesmo para fazer o planejamento temos algumas dificuldades, para fazer cursos de aperfeiçoamento também. Demais! Muita! (Diretora)

Sabemos que o conceito de Educação passa por um processo de redefinição ante ao contexto social e político que ora se instaura. A partir das transformações desse novo panorama surgem alguns desafios, sendo o maior deles a dificuldade em se promover um diálogo mais intenso entre teoria e prática. (Professora)

Tendo por base a fala dos sujeitos entrevistados percebe-se como desafio principal enfrentado pela coordenação pedagógica, que alguns professores têm resistência ao planejamento, pois não compreendem o ato de planejar como um meio de organização do trabalho docente. De acordo com Oliveira e Sousa (2016, p. 33) “[...] o planejamento é o instrumento pelo qual se estima o modo de elaborar, executar e avaliar os planos de ensino que organizam o trabalho docente[...]”, e em se tratando de planejamento deve-se considerar que a organização do trabalho docente, favorece a reflexão sobre a prática, que é o seu objetivo principal.

Com todas as mudanças ocorridas no sistema educacional e a influência do sistema neoliberal para a educação percebe-se que que acarretam uma sobrecarga de trabalho para os profissionais e exigências para atender as novas demandas, principalmente do ensino público.

Hoje, diante das transformações decorrente das exigências por novos modelos de profissionais que atendam a demandas complexa do sistema educacional, a coordenação pedagógica necessita compreender o sentido de sua função junto aos professores e gestor na busca da qualidade de ensino, entendendo que a coordenação deve ser vista como uma instancia da escola e cabe a ela juntamente com a direção promover a gestão democrática e desempenhar com eficiência as atribuições que cabe a sua função. Afinal, o papel da coordenação está atrelado as das de Gestão Escolar. (ANDRADE,2016, p. 137)

O trabalho desenvolvido pela coordenação pedagógica precisa ser repensado, no sentido de superar a visão técnica e burocrática de controle e fiscalização, vivida

historicamente por muitos anos. Logo, é preciso que o coordenador tenha clareza da sua real função para que não se torne prisioneiro das do mercado de trabalho competitivo e excludente.

5.3.4 Existe aceitação e/ou resistência referente a atuação do/a coordenador/a pedagógico/a na escola

O coordenador pedagógico por muitas vezes tem resistência devido ser uma função reconhecida a poucos anos e os demais profissionais não terem ciência sobre o trabalho que é desenvolvido por esse profissional dentro da unidade escolar. No que concerne a aceitação e/ou resistência referente a atuação do/a coordenador/a pedagógico/a na escola, os profissionais responderam da seguinte maneira:

Não. Hoje em dia eu acho que está melhor, em vista do passado. Apesar de que, eu não sofri tanto. Eu era bem aceita, Graças a Deus! Eu procurei, assim, eu tenho essa maneira de estar me encaixando, não ficar muito em cima, mas gosto de ouvir opinião, gosto de...sabe? Trabalhar junto. Eu não gosto de estar ditando, ser a ditadora, aquela coisa, sabe? Claro, que a gente tem que estar um pouquinho acima porque você tem que coordenar, né? Então você tem que...mas nunca gostei de tá eu ditando, sabe? Combinando, sempre ali para combinar: “vamos fazer assim?” E até que está dando certo. As duras penas, às vezes, mas dá certo. (Coordenadora Pedagógica)

Já houve, mas hoje em dia, não. Tem é, eu acho que o grupo de professores tem, principalmente aqui é necessário demais. Eles sentem a necessidade do (a) coordenador (a) pedagógico (a). Só que a gente sente também que o Estado ele escanteia um pouco. O Estado nunca mais contratou um supervisor (a). É um problemão, viu? Porque para caminhar bem uma escola tem que existir o coordenador pedagógico. E se o Estado não está contratando...é porque não está dando valor. E as faculdades porque que estão formando? Aí é um problema, né? Faculdade formando Supervisor e o Estado sem aproveitar? Se é necessário o Supervisor. É necessário tanto quanto a direção, o gestor. O gestor só, não dá para funcionar bem não. A tempos que eu observo, você não vê no diário oficial um contrato de um Supervisor ou mais. E eu acho que é por isso que a gente está com muitos problemas, viu? (Diretora)

Depende. Na prática percebo que se o coordenador pedagógico exerce sua função, sem deixar a desejar, ele é respeitado e há aceitação por parte principalmente, dos docentes. Quando o mesmo “carrega nas costas” a função de coordenador, mas não a desempenha da forma esperada, há sim resistência em todos os ângulos.(Professora)

Identifica-se que na fala da diretora há o relato de que apesar do coordenador ser bem aceito, há uma desvalorização desse profissional por parte do Estado, pelo fato de que não houve nos últimos concursos vagas para esse cargo e que por isso acarreta a insuficiência de profissionais adequados para atuar em coordenação presente nas escolas. Nas falas da coordenadora e da professora é possível verificar que a coordenadora não enfrenta resistência no que diz respeito a sua atuação na unidade escolar, visto que ela faz uso de habilidades e competências exigidas pelo cargo de acordo com o momento. Para Dabul (2011, p. 63-64), “ o coordenador pedagógico necessita ter conhecimento, o qual deve ocorrer de maneira articulada entre o exercício, o estudo e a ação[...]”. A partir dos conhecimentos necessários o coordenador elabora estratégias que viabilizem o envolvimento de todos para dar o suporte que os docentes precisam referente a aprendizagem.

A função de coordenação pedagógica exige do profissional domínio das habilidades e competências que esse cargo necessita, uma dessas habilidades que deve estar presente é a relação interpessoal principalmente com os professores e alunos, pois facilita a relação do outro com o saber, muda sua perspectiva sobre o processo de construção do saber fazendo, com que seja capaz de desconstruir e produzir novos conhecimentos.

Ao coordenador pedagógico, como profissional mediador e articulador, cabe tecer, para maior eficácia do seu trabalho, uma trama grupal com as diferenças individuais, com a vivência de uns dos conhecimentos de outros, com a serenidade de alguns e o abobamento de tantos, como o riso de poucos e a sisudez de muitos, procurando sempre construir um vínculo de cumplicidade com todos. (DABUL, 2011, p. 62)

É uma relação que trabalha a relação do indivíduo com ele, com o outro e com o mundo, pois as relações de grupo, se dá dentro de uma organização educativa que é a escola. Coordenar é um exercício de autoconhecimento constante, bem como a forma de estabelecer relações que favoreçam o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano em todos os aspectos, considerando suas especificidades e necessidades.

5.3.5 Atividades que o/a coordenador/a pedagógico/a exerce na escola

As atividades a serem desenvolvidas pelo coordenador devem ter como prioridade o planejamento, pois é o que norteia o trabalho educativo como um todo. Bem como de auxiliar a equipe gestora quando necessário. Ao serem indagados sobre quais atividades que o (a) coordenador (a) pedagógico (a) exerce na escola, os sujeitos da pesquisa pontuaram desta forma:

Mulher, eu faço de tudo um pouco. Assim, sabe? Tem essa parte do planejamento, porque tem os dias de planejamento que são três vezes na semana dividido por áreas. Aí eu faço assim, de tudo um pouco. A questão do Plano Político Pedagógico, a gente faz as alterações todo ano, do regimento interno e eu auxilio quando é eventos, reunião das famílias, tem o conselho de classe que é todo mês, aliás, todo bimestre nós fazemos e eu estou a frente também e nesse plano de intervenção que tem que tá com os professores, lembrando, pedindo, assim, orientando mais alguma coisa e o que precisa na escola a gente tá fazendo, né? (Coordenadora Pedagógica)

É o planejamento, né? As avaliações, os cursos de aperfeiçoamento dentro dos cursos de educação continuada que aqui temos e os debates. É muito interessante. (Diretora)

Pergunta difícil! O coordenador tenta manter um diálogo entre os envolvidos no contexto educacional, porém, muitas vezes a inflexibilidade e dureza na forma de falar e agir de alguns, acaba dificultando os relacionamentos e o desenvolvimentos das atividades. (Professora)

Percebe-se na fala da coordenadora pedagógica que ela desenvolve seu trabalho de maneira bem ativa, priorizando os momentos de planejamento e viabilizando a elaboração de projetos e planos escolares, sempre primando pela participação de todos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e contribuindo na formação dos sujeitos. Em vista do exposto, há concordância com Dabul, 2011, p. 62:

Como educadores, os coordenadores pedagógicos, no exercício de seu papel, devem procurar executar seu trabalho articulado entre pessoa, no qual todos se reúnem em torno de tarefas específicas, com objetivos e metas bem definidos, visando, a partir desse trabalho coletivo, favorecer o crescimento do compromisso e da competência de todos os envolvidos. (DABUL, 2011, p. 62)

O coordenador pedagógico além de colaborar no planejamento, avaliar, mediar, seu trabalho deve ser articulado entre as pessoas para que o processo seja eficiente e estimule o aprimoramento dos profissionais. É necessário, portanto, pensar uma nova

maneira de se fazer educação, pois os tempos mudaram e as pessoas também, e com isso, trouxeram demandas a serem assistidas nos tempos atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da temática: “Formação e Atuação do Coordenador/a Pedagógico/a: Desafios e Possibilidades”, apresenta-se como uma necessidade de discutir o contexto histórico da formação e atuação do pedagogo, bem como, as funções, atribuições e os desafios vivenciados pelo Coordenador/a Pedagógico/a, na organização do trabalho pedagógico, na contemporaneidade.

Esta pesquisa teve como objetivo geral: Refletir as funções e atribuições do Coordenador/a Pedagógico/a na organização do trabalho pedagógico em parceria com os diversos segmentos educativos; revisitando o percurso histórico acerca da formação e atuação desse profissional a partir dos anos 60 até os dias atuais.

O objetivo foi alcançado, tendo em vista que constatamos diferenças de paradigmas e exigências, em vários contextos, no processo formação de profissionais de pedagogia ao longo do percurso histórico do curso e das reformas educacionais como um todo. Muitos aspectos contribuíram para que houvessem mudanças consideráveis a esse respeito, como a sua essência do trabalho na perspectiva política pedagógico na unidade escolar.

O estudo destaca a relevância do coordenador/a pedagógico/a um articulador no que diz respeito a necessidade de gestão democrática na escola, visto que coordena a equipe de profissionais da escola, da gestão que prioriza a construção coletiva e, juntamente com os demais profissionais, os quais desenvolvem atribuições específicas no interior da escola, no que concerne a formação do ser humano e no confronto a exclusão escolar em qualquer aspecto.

Em relação ao segundo objetivo: Caracterizar os desafios vivenciados pelo coordenador pedagógico no contexto escolar. O objetivo foi alcançado, pois percebemos através das análises que o coordenador pedagógico, embora encontrem dificuldades em termos de estrutura, escassez de recursos, resistências por parte de alguns profissionais ao longo do caminho, tem ganhado seu espaço e vem sendo reconhecido como um profissional essencial na unidade escolar visto que elabora o planejamento intencional e sistematizado com os professores, valorizando a construção coletiva, viabilizando Planos de Ações na escola para que seja possível atingir os objetivos traçados no Projeto Político Pedagógico (PPP), trazendo assim, a importância da formação continuada para

o quadro docente e equipe diretiva que busca estabelecer e mediar relações entre todos que estão envolvidos na prática educativa.

No tocante o terceiro objetivo: Identificar às concepções do gestor, coordenador pedagógico e do docente na organização do trabalho pedagógico. O objetivo foi alcançado, pois através das análises, percebemos que, a figura do coordenador pedagógico é percebida pelos professores como uma ponte para a concretização de um projeto educacional coletivo e, que esses profissionais, desenvolvem seu trabalho na escola, de forma que traz para a vida cotidiana as reflexões pedagógicas que estão presentes no ensino de qualidade.

No que diz respeito aos problemas do estudo: Qual a perspectiva de formação do pedagogo em diferentes décadas? Quais os espaços de atuação do pedagogo na contemporaneidade? Como se processa a atuação do Coordenador/a Pedagógico/a no cotidiano escolar? Quais os desafios vivenciados pelo/a Coordenador/a Pedagógico/a na Organização do Trabalho Pedagógico na atualidade? Através das análises das entrevistadas, pudemos observar que o pedagogo é o profissional que tem o olhar mais ampliado, acerca de buscar soluções frente as necessidades encontradas nos espaços escolares no que diz respeito ao ensino-aprendizagem, juntamente com o corpo docente e a gestão, visando sempre a formação integral dos indivíduos que faz parte do processo educativo, como também, é o profissional que está capacitado para exercer, em espaços escolares ou não escolares, que utilizem conhecimentos pedagógicos, cargos como: administração, supervisão, coordenação etc.

Durante a realização da pesquisa, encontramos limitações considerando que nas escolas públicas tem poucas instituições em que há a presença de um coordenador pedagógico, devido poucas vagas em concursos destinadas a esse profissional e que gera esse déficit nas escolas.

Em relação a pesquisa de campo foi de fundamental importância para este estudo, na medida em que nos permitiu confrontar a revisão bibliográfica com a realidade encontrada. Nesse sentido, a entrevista semiestruturada possibilitou o contato direto da pesquisadora com os sujeitos participantes e, desta maneira, a análise de conteúdo assegurou o êxito da pesquisa, através dos dados obtidos.

No tocante as contribuições do estudo para a minha formação profissional, pude perceber durante todo o trabalho que muitos espaços foram alcançados pelo pedagogo e que apesar de todos os desafios e lutas que esses profissionais enfrentam diariamente e, de que a coordenação pedagógica tem em seu histórico com perfil de profissional

voltado para o controle, de “espionar” o trabalho pedagógico, há a desvalorização desta função por parte de muitos docentes e, principalmente do Estado, que muitas vezes não desvela sobre a relevância da presença do/a coordenador/a pedagógico/a no ambiente escolar.

Durante todo o meu percurso formativo no curso de Pedagogia na UFCG/CFP – Câmpus Cajazeiras – PB, unindo o conhecimento teórico com a prática, observei que houveram conquistas, ainda tímidas, quando notei as mudanças no campo de atuação do pedagogo e, principalmente da postura dos profissionais que são capacitados para atuarem em áreas, como coordenação pedagógica, com engajamento, empatia, com vontade de fazer Educação, de fato, e que reverbera ao seu derredor e modifica aos poucos as concepções de todos que fazem parte do processo educativo. E assim sendo, faz parte da responsabilidade de todos os educadores: desenvolver e aperfeiçoar as suas habilidades e potencialidades; sempre tendo como foco compreender, intervir e transformar o cotidiano escolar para que essa transformação ultrapasse os muros da escola e formem seres humanos capazes de intervir criticamente na sociedade. Educação não é somente o domínio de técnicas e procedimentos. Educação é formação humana.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; CAMPOS, Maria de Lourdes; SILVA, José Amiraldo da. Formação docente e atuação do pedagogo em espaços escolares e não escolares. *In: Pedagogia hospitalar: Múltiplos olhares e práticas / Alanna Kelly Maia Macedo de Lima; Maria Gerlaine Belchior Amaral; Maria Thaís de Oliveira Batista (org).* – Fortaleza :Imprece, 2017. p. 21-34.
- ANDRADE, Rosélia Maria de. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: desafios do coordenador pedagógico frente as demandas de professores do ensino de história dos anos iniciais para o ensino de história. *In: Gestão escolar no percurso formativo: da docência à organização do trabalho pedagógico. / Wiama de Jesus Freitas Lopes; Nadiel Cavalcante de Sousa (orgs).* – Fortaleza: Imprece, 2016.p. 125-143.
- ANAYA, Viviani. Formação dos educadores e práxis docente: um olhar a partir do campo curricular e das tendências pedagógicas. *In: Organização do Trabalho Pedagógico: Múltiplos Olhares. / Organizado por Célia Regina Teixeira e Rosileny Alves dos Santos Schwantes – São Leopoldo: Oikos, 2011.p, 47-58.*
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 4.024/61, 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm Acesso em : 04 de Setembro de 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 5.540/68, 28 de Novembro de 1068. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acesso em: 04 de Setembro de 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 5.564/68, 21 de Dezembro de 1968. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5564.htm acesso em: 04 de Setembro de 2019.
- BRASIL.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 5692/71, 11 de Agosto de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em: 04 de Setembro de 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394/96, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 09 de Setembro de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n 1/2006. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.**

Diário Oficial da União. Brasília, 15 de Maio de 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 09 de Setembro de 2017.

UFCG/CFP. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. (2009). Arquivo da secretaria do curso de Pedagogia, 2009. Centro de Formação de Professores – CFP -, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Disponível em

http://www.cfp.ufcg.edu.br/PPC_2009_4Versao_FINAL.pdf Acesso em 12 de Novembro de 2019.

BRZEZINSKI, I. Formação de professores para a educação básica e o curso de Pedagogia: tensão entre o instituído e instituinte. *In: Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*. Porto Alegre, v.23, n.2, p.229-251, maio/ago. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: Leitura Crítico – compreensiva**, artigo a artigo/Moacir Alves Carneiro. 21. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **A atuação do pedagogo na gestão democrática da escola pública: a participação da comunidade como um desafio**. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/2302> Acesso em: 09 de Setembro de 2017.

DABUL, Marie Rose. Coordenador pedagógico: conjunto de competências e saberes.

In: Organização do Trabalho Pedagógico: Múltiplos Olhares. / Organizado por Célia Regina Teixeira e Rosileny Alves dos Santos Schwantes – São Leopoldo: Oikos, 2011.p, 21-33.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 20 de Setembro de 2018.

FERNANDES, Dorgival Gonçalves. SILVA, José Amiraldo Alves da. Pedagogia e áreas de atuação do pedagogo: divergências conceituais e epistemológicas. *In:*

Pedagogia social: um horizonte educativo para contexto diversos / Maria Gerlaine Belchior Amaral; José Amiraldo Alves da Silva; Maria Thaís de Oliveira Batista (orgs). – Fortaleza; Imprece, 2018.p. 25-38.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**.9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. Que destino os educadores darão a pedagogia? In: **Pedagogia: Ciência da Educação?**/ textos de José Carlos Libâneo...[et al.] ; Selma Garrido Pimenta, (coord.). - 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 127-158.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, Antonio Bosco de. Políticas Educacionais e o Processo de “Democratização” da Gestão Educacional. In: **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada.**
- LIMA, Antonio Bosco de (org.). São Paulo: Xamã, 2004.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** Ed. Atlas S.A, 7ª edição – São Paulo, 2010.
- NÓVOA, António. As Ciências da Educação e os Processos de Mudança. In: **Pedagogia: Ciência da Educação?**/ textos de José Carlos Libâneo...[et al.] ; Selma Garrido Pimenta, (coord.). - 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 85-126.
- PIMENTA, Selma Garrido. Orientador Educacional ou Pedagogo. In: **Revista da ANDE**, São Paulo, n. 9, 1985. p. 29-37.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia na Escola Pública.** 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- PIMENTA, Selma Garrido. Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: Educação, Pedagogia e Didática. In: **Pedagogia, Ciência da Educação?** / textos de José Carlos Libâneo...[et al.] ; Selma Garrido Pimenta, (coord.). - 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 47-84.
- PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor na escola.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf> Acesso em: 01 de Dezembro de 2017.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SAVIANI, D. Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo. In: **Revista ANDE**, São Paulo, nº 9, p. 27-28, 1985.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 3.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

SOARES, Marcos Aurélio Silva. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico**. Marcos Aurélio Silva Soares. – Curitiba: Ibpx, 2011. – (Série formação de professores).

VILA, Meire de Fátima; SANTOS, Silvia Alves dos. **O papel do pedagogo e a organização do trabalho na escola**. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/641-4.pdf> Acesso em 25 Setembro de 2019.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Célia Regina. Organização do trabalho pedagógico: um desafio para atender as emergências do ensinar e aprender. *In: Organização do Trabalho Pedagógico: Múltiplos Olhares*. / Organizado por Célia Regina Teixeira e Rosileny Alves dos Santos Schwantes – São Leopoldo: Oikos, 2011.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (Conforme Resolução do CNS/ N° 466/2012)

Esta pesquisa intitula-se, *Atuação do Pedagogo na Organização do Trabalho Pedagógico: Desafios e Possibilidades* e será desenvolvida por StanislleyaKaennia Ferreira Lins, graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus Cajazeiras – PB*, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Campos. A pesquisa tem como objetivo principal o de analisar a atuação do pedagogo na organização do trabalho pedagógico da educação básica pública, em uma escola vinculada a Secretaria de Educação do Município de Sousa – PB. A participação do(a) diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a) e professores é voluntária, portanto, não será obrigatória a estes sujeitos fornecerem informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso não participem, ou resolverem a qualquer momento desistir de participar, não haverá nenhum dano ou prejuízo, nem haverá modificação do percurso dessa pesquisa.

Nesta pesquisa será utilizada a técnica de entrevista acerca do objeto de estudo desta pesquisa, em seguida serão feitos os procedimentos de tratamento de dados coletados, de modo a garantir os anonimatos dos sujeitos.

Os riscos que envolvem esta pesquisa estão de acordo com a Resolução do CNS/ N° 466/2012, sendo mínimos e previsíveis, no entendimento de que, por se tratar de seres humanos, revocar alguns conceitos que se sentirem inseguros, mas, estes terão autonomia para decidir se continua ou se interrompe sua participação.

Os benéficos desta pesquisa estão de acordo com a resolução do CNS/ N° 466/2012, podendo, portanto, indicar trilhas diferenciadas para a melhoria da qualidade do profissional pedagogo, com lócus de produção do conhecimento que se faz legitimar pelas sendas das competências da formação do sujeito social e que, em outra dimensão,

poderá servir como material didático de referência e estímulo ao Professor Pedagogo na grande tarefa de conduzir as crianças ao conhecimento elaborado e significativo.

Assim, solicito a sua permissão, para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos, nisso, será garantido a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome e/ou imagens dos sujeitos envolvidos serão mantidas(os) em sigilo. A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Fica registrado também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material serão usadas pela responsável de pesquisa, com propósitos de divulgá-los em meios científicos especializados.

Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participação na pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente e acuso recebimento de uma cópia deste documento.

Cajazeiras, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da Pesquisadora

Contatos da pesquisa:

UAE/CFP/UFCG – Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n – Casas Populares
CEP 58900-000 – Cajazeiras – PB.

Fone: (83) 3532-2000 *E-mail:*

Fone: (83) 999683716 *E-mail:* stanislleyakaennia@gmail.com

APENDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



1. Definição do Perfil dos Sujeitos da Pesquisa:

- 1.1. Idade:
- 1.2. Grau de instrução (formação) / Curso / Instituição (local) / Conclusão:
- 1.3. A escolha da profissão?
- 1.4. Vínculo empregatício?
- 1.5. Função que exerce? Tempo de exercício dessa função na escola?
- 1.6. Tem outras experiências na educação básica? Exemplifique.

2. Questões articuladoras do TCC

- 2.1 Na sua concepção, qual é a função do pedagogo na escola?
- 2.2 Quais as competências necessárias para atuação do pedagogo nas escolas?
- 2.3 O que você entende por coordenação pedagógica?
- 2.4 Você considera necessário um/a coordenador/a pedagógico/a na escola?
- 2.5 Quais são os desafios enfrentados pelo/a coordenador/a pedagógico/a durante o exercício da sua profissão?
- 2.6 Na sua concepção existe aceitação e/ou resistência referente a atuação do/a coordenador/a pedagógico/a na escola? Justifique.
- 2.7 Quais as atividades que o/a coordenador/a pedagógico/a exerce na escola?